



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2140/2024 EDITAL REGULADOR

1. PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE VILA BOA-GOIÁS, através da **Secretaria Municipal de Saude de Vila Boa-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: CNPJ: 37.388.378/0001-14, faz saber aos interessados que fará realizar, no dia **27 DE JUNHO DE 2024 ÀS 08:15h**, licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇO** para futuras aquisições de insumos médico hospitalares e medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal e Farmácia Básica, para a Secretaria Municipal de Saúde de Vila Boa-GO, a ser efetuado na sede do Município, do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM**, com modo de disputa **ABERTO**, através do Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada do objeto, mediante ordens de fornecimento.

1

Disponibilidade do Edital: **14/06/2024 a 27/06/2024**

Horário atendimento: **07:00h às 13:00h**

Local para consulta: **Prefeitura Municipal de Vila Boa-GO, Portal Transparência e/ou Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.**

1.2 - Esta licitação será realizada de conformidade com consoante com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela:

- a) Lei n.º 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;
- b) Lei Complementar 123/2006 e suas alterações;
- c) Decreto Municipal n° 051/2023, de 31 de agosto 2023.
- d) Decreto Municipal n° 024/2023, de 31 de março de 2023.
- e) Decreto Municipal n°006/2024, de 24 de janeiro de 2024.
- f) Decreto Municipal n° 67 de 21 de Dezembro de 2023.

1.3.- O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e estudo nos sites **www.vilaboa.go.gov.br**, disponível também na Comissão Permanente de Licitação, desta Prefeitura, durante o prazo de divulgação da Licitação que ocorre dos dias **14/06/2024 a 27/06/2024**.

1.3 O processamento do certame será realizado na plataforma Portal Bolsa Nacional de Compras-BNC **www.bnc.org.br**.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



1.4 – As empresas interessadas em participar do certame poderão informar através do e-mail: pmvblicitacao@gmail.com, os dados básicos de cadastramento (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone Comercial, Fax Comercial, Pessoa de Contato e telefones) serão efetuados através do Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.

2. LOCAL E DATA

2.1 - A licitação realizar-se-á conforme as especificações abaixo descritas:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 14/06/2024 08:00H
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	07:30h do dia 27/06/2024
ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS	07:30h do dia 27/06/2024
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	08:15h (oito horas e quinze minutos) do dia 27/06/2024
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília (DF)
LOCAL	Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br

2.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1 - **REGISTROS DE PREÇO** - para futuras a aquisição de insumos médico hospitalares e medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal e Farmácia Básica a ser efetuado na sede do Município para o Fundo Municipal de Vila Boa/GO, do tipo MENOR PREÇO – POR ITEM, conforme especificações e quantificações contidas no objeto do Anexo I - Termo de Referência/Especificações do Objeto, parte integrante do presente Edital.

1.2 – As regras referentes ao órgão gerenciador, entidades e participantes, bem como em eventuais adesões, serão as mesmas constantes da minuta da Ata de Registro de Preços.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME/LICITAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e, subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação solicitada no Edital, e através do Banco



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



Nacional de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido.

2.1.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, conforme Lei 14.133/21.

2.5 – Poderão participar exclusivamente, para os itens cujo valor seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), as licitantes que estejam enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, I e III da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, desde que respeitadas às condições do artigo 49, II da mesma Lei.

2.5.1 – Conforme a IN/TCM nº 08/2016, considera-se âmbito local – limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação e, âmbito regional os limites geográficos da mesorregião, conforme definido pelo IBGE.

2.5.2 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às ME/EPP que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados não extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresas de pequeno porte.

2.6 – Será concedido o tratamento para as ME/EPP, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei 14.133/21 e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos nos artigos 43, 44 e 45 da LC 123/06 e do Decreto nº 8.538/15.

2.7 - Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



2.7.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8 - agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 - O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.20 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



2.10 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 - O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13 - A vedação de que trata o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14 - As despesas desta presente licitação correrão a cargo da Dotação do Orçamento de 2024, com recursos da seguinte dotação orçamentária:

13.11.10.301.0005.2034-339030000

132.11.10.302.0005.2035-33903000

2.15 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada a BNC - Bolsa Nacional de Compras ou pelos telefones: (42) 3026-4550, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Vila Boa-GO, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.3 – A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



3.4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6

3.5 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/21.

3.6 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

3.6.1 – No item exclusivo para participação de ME e EPP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 – Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.5 e 3.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e demais contidas neste Edital e leis de regência.

3.8 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



3.9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e.

3.11.2 – os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que se trata o subitem anterior.

7

3.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 – Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por mais desconto.

3.13 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.16 - A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

3.17 - A licitação será realizada por **ITEM**, conforme descrição constante no Anexo I, deste edital, Termo de Referência e demais anexos ao presente Edital.

3.18 - O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.19 - Havendo qualquer divergência entre as especificações constantes do Sistema **www.bnc.org.br** e os presentes neste edital, prevalecerão as especificações do edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca;

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta o Licitante;

4.3 - Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto ora licitado.

4.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 – Na presente licitação, a ME e EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias, a contar da data de sua apresentação;

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte do contratado, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

- a. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou
- b. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

9

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, no site **www.bnc.org.br** até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.2 - O credenciamento junto ao provedor da Bolsa Nacional de Compras implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações deste Pregão.

5.3 - Poderão participar deste Pregão (Eletrônico) as empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação que apresentarem toda a documentação a ela exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa Nacional de Compras.

5.4 - É vedada a participação de empresas em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5.5 - Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução.

5.6 - O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



5.6.1 Instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa Nacional de Compras, com poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

5.6.2 Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

5.6.3 Especificações dos itens objeto da licitação em conformidade com o edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante.

5.7 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor estabelecido pela mesma de acordo com os Planos de Adesão, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras. Os valores abaixo poderão sofrer alterações de conformidade com a referida empresa.

10

PLANO DE ADESÃO A	R\$ 98,10 (única participação).
PLANO DE ADESÃO B	R\$ 135,00 (participação de quantos editais quiser no mês)
PLANO DE ADESÃO C	R\$ 197,80 (Participação em quantos editais quiser no trimestre)

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1 - Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

6.1.2 - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

6.1.3 - Conduzir a sessão pública;

6.1.4 - Abrir as propostas de preços;

6.1.5 - Analisar a aceitabilidade das propostas em relação aos requisitos do edital;

6.1.6 - Desclassificar propostas indicando os motivos;

6.1.7 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

6.1.8 - Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

6.1.9 - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



- 6.1.10 - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 6.1.11 - Declarar o vencedor;
- 6.1.12 - Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.13 - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 6.1.14 - Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 6.1.15 - Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

7.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, nos termos da lei, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: **www.bnc.org.br**.

11

7.2 - A participação do licitante no pregão (eletrônico) se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC - Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão (eletrônico), salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC - Bolsa Nacional de Compras.

7.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC - Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão (eletrônico).

8. DA PARTICIPAÇÃO DAS ME/EPP e MEI



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



8.1 - Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras: Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras:

8.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.1.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (dias) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.2.1 - A ausência da apresentação da documentação de regularidade fiscal acarretará em sua restrição, e tal irregularidade poderá ser verificada, pelo pregoeiro na sessão por meio de consultas a sites oficiais.

8.1.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, da Lei nº 14.133/21. Sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.1.4 - O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º, do art. 43, da LC 123/06, não se aplica aos documentos relativos à Habilitação Jurídica.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

9.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



9.3 - O Pregoeiro/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contendo vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

9.6 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13

9.7 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9.1 - O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir melhor oferta deverá ser de Oferta não inferior a **R\$ 0,01 (um) centavo**.

9.10 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.11 - Será adotado para o envio de lances no pregão (eletrônico) o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



9.12 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (DEZ) MINUTOS** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (DOIS) MINUTOS** do período de duração da sessão pública.

9.13 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (DOIS) MINUTOS** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.14 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.15 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14

9.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.18 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20 - O Critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.23 - A melhor proposta classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.24 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.25 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.26 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.27 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. por empresas brasileiras;
- c. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

9.28 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.29 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, enviando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.31 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.32 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E JULGAMENTO

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 14, da Lei 14.133/21, legislação correlatas e no item 2.7, deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 – Registro Cadastral do Município;

10.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.1.4 – Tribunal de Contas da União – TCU;

10.1.5 – Tribunais de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

10.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

10.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

10.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.6 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço estimado fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.7 - 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, que deverá realizar diligência para averiguar a exequibilidade da proposta.

10.8 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.9 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

17

10.10 -. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema ou via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.11.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11.2 - Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



10.11.2.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.11.2.2 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11.2.3 - Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade de conformidade com o Termo de Referência.

10.11.2.4 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.11.2.5 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.11.2.6 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.11.2.7 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

10.12 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.13 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.14 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.15 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.16 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.17 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

18



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



11. DA HABILITAÇÃO

11.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c. Lista de Inidôneos e Inabilitados, mantidos pelo Tribunal de Contas da União-TCU. (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS> e <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INABILITADO>);
- d. Cadastro de Empresas impedidas de licitar junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (www.tcm.go.gov.br)

19

11.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” do subitem “11.1” acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

11.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.7 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



11.8 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.9 - Após a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) exigirá ao(s) licitante(s) vencedor(es) que, em formato digital e no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie os documentos de habilitação que não estejam contemplados nos Sistemas de Cadastro de Fornecedores, sob pena de inabilitação, nos termos do art. 63, II da Lei nº 14.133/21.

11.10 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

20

11.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.14. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, conforme disposto nos art. 62 a 70, da Lei Federal nº 14.133/21:

11.14.1 - Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em:

11.14.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

11.14.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.14.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.14.1.4 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



11.14.1.5 - Sociedades Anônimas: Ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

11.14.1.6 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.14.1.7 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.14.1.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.14.2 - Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, conforme o caso consistirá em:

11.14.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

11.14.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.14.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;

11.14.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;

11.14.2.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.14.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos - CNDT;

11.14.2.7 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.14.2.8 - Cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da CF.

11.14.3 – Qualificação Técnica limitar-se-á:

12.14.4.1 - A Qualificação Técnica Operacional será comprovada mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado,



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



que comprove aptidão para o cumprimento de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, sendo este nas seguintes atividades:

✓ **Insumos médico hospitalares e medicamentos.**

12.14.4.2 - Alvará de Licença Sanitária expedido pelo órgão da Vigilância Estadual ou Municipal da sede da empresa licitante, exceto para aquelas atividades que não há exigiam;

11.14.4- Qualificação Econômico-Financeira limitar-se-á;

11.14.5.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante emitida dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores à sessão pública de processamento do pregão. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expresso no próprio documento;

11.14.5.2 - Demonstrar possuir capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11.15 - Declarações a serem apresentadas:

11.15.1 Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

11.15.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.15.3 O fornecedor/prestador enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](#), quando for o caso.

11.16 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgãos da imprensa oficial.

11.17 - A falta de quaisquer documentos exigidos no edital implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo exceto prazo para realização de Diligência a fim de sanar dúvidas e/ou falhas existentes a época da licitação para complementação da documentação exigida para a habilitação.

11.18 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome do licitante, com número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram a matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



Matriz e a executora a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

11.19 - Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos a no máximo a 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

11.20 - As microempresas E as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

11.21 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

23

11.22 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.23 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, conforme previsto no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

11.24 - A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.25 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado de apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando exigido.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



11.26 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.27 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.28 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. 24

12.1.2 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.1.3 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.1.4 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.2 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, conforme inciso II, do art. 12, da Lei 14.133/21, ressalvadas as hipóteses do art. 52, do mesmo diploma legal.

12.3 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



12.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2 – O prazo de convocação será conforme o §1º, do art. 90, da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no objeto do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições e especificações necessárias.

13.5 – O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 – Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

14.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

14.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

14.5 O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133/21.

14.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

14.7 A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora da União, Estados e Distrito Federal por órgãos e entidades da Administração municipal deverá ser comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/21.

15. DOS RECURSOS

15.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



15.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;

15.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º, do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

27

15.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 - O recurso E o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.11 - Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no seguinte endereço: Setor de Licitações, localizada na sede deste Município – Rua Antônio Costa, jardim Nova Aurora Vila Boa-GO, site www.vilaboa.go.gov.br, e/ou do e-mail: pmblicitacao@gmail.com

15.12 - **A interposição de recursos suspende o prazo de validade da proposta até a decisão.**

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



16.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123/2006 e alterações posteriores. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.1.3 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.1.4 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados. 28

17.2 - Após a fase recursal, ou os licitantes participantes abrir mão do Recurso constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

19.1 - Na ocorrência de fatos imprevisíveis, ou se previsíveis, porém de consequências incalculáveis, comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, ou ainda na hipótese de caso fortuito, de força maior, ou fato do príncipe, as partes de comum acordo, restabelecerão o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do disposto na alínea “d”, do Inciso II, do artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 - O fornecimento, do objeto licitado será efetuado pelo licitante vencedor obedecendo aos procedimentos indicados no Termo de Referência.

20.2 - Não serão aceitos fornecimentos feitos em desacordo com o contido nas autorizações.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



21. DO PAGAMENTO

21.1 – O pagamento deverá acontecer no prazo de até 30 (Trinta) dias após apresentação de nota fiscal devidamente atestada e liberada pelo Controle Interno, deste município. A fatura deverá conter no mínimo os seguintes dados:

a) Data de emissão

b) Estar endereçada ao:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILA BOA-GOIÁS DE ACORDO COM ORDEM DE FORNECIMENTO.

c) Quantidade fornecida;

d) Especificação do serviço fornecido;

Preço unitário e total da fatura;

21.2 – O gestor do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumprida pela Contratada, todas as condições Pactuadas.

29

21.3 – Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pelo contratado de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativa de Débitos com o INSS, com o FGTS e CNDT trabalhista.

21.4 - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 067 de 21/12/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



§ 1º - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea “a” do caput de outras sanções previstas neste decreto.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão deste artigo.

Art. 5º - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

Art. 6º - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



Parágrafo único - Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação, calculado conforme regulamento municipal.

Art. 7º - O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - desconto do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DUAM); ou

IV - cobrado judicialmente.

Art. 8º - Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena - impedimento pelo período de até dois anos.

II - dar causa à inexecução total do contrato:

Pena - impedimento pelo período de até três anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento pelo período de até dois meses.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena - impedimento pelo período de até um ano.

Art. 9º - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

Pena – até quatro anos.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena – até seis anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena – até seis anos.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena – até cinco anos.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena – até seis anos.

Parágrafo único - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º deste decreto, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Art. 10 - A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

Art. 11 - O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

§ 1º - Não se aplica a regra prevista no caput se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

§ 2º - O disposto no caput desse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

Art. 12 - Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

§ 1º - São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência.

V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no art. 11 deste decreto.

§ 2º - Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

§ 3º - Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

§ 4º - São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

§ 5º - Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal nº 67 de 21 de Dezembro de 2023.

33

23. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

23.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, somente não admitindo se de outra forma inserida exclusivamente no meio eletrônico.

23.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



23.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

23.6 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e dos anexos.

23.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.8 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.9 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

34

24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- a) Fornecer o produto de acordo com as especificações exigidas no edital do certame e na proposta apresentada pela contratada;
- b) Entregar o bem através de ordem de fornecimento ou documento equivalente nas condições estabelecidas neste termo, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de recebimento da respectiva ordem que poderá ser efetuado via fax, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação.
- c) Comunicar, por escrito, eventual atraso na entrega dos produtos, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE
- d) Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- e) Substituir no prazo máximo de 07 dias o produto danificado ou se este apresentar vícios, defeitos ou incorreções;
- f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



- a) Conferir e atestar o recebimento dos produtos contratados;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes da proposta e do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Fiscalizar a entrega do produto, podendo a CONTRATANTE rejeitá-lo integralmente ou em parte, caso esteja em desacordo com a especificação apresentada neste Termo de Referência;
- d) Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço, bem como, qualquer ocorrência relacionada à entrega do produto;
- e) Designar gestor para acompanhamento e fiscalização do fornecimento;
- f) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

26. DO CONTRATO/ARP

35

26.1 - Será firmado uma ARP ou contrato com os licitantes vencedores, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 14.133/21.

26.2 - Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelos licitantes vencedores e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste certame, independentemente de transcrição.

26.3 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

26.3.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

26.3.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

26.4 - Se os licitantes vencedores se recusarem a assinar o contrato, sem justificativa por escrita aceita pela Administração, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



26.5 - No caso do subitem anterior, sujeitam-se os licitantes vencedores, às penalidades aludidas no item 22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste Edital e na minuta contratual em anexo.

26.6 - Se o(s) licitante(s) vencedor(es) não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

27. DA RESCISÃO

27.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações e nos moldes definidos na minuta contratual em anexo.

28. DA DILIGÊNCIA

36

28.1 - O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar demais esclarecimentos que julgar necessários.

28.2 - Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

28.3 - Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informações necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

29.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



29.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

37

29.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.11 - O Edital está disponibilizado na íntegra no endereço eletrônico nos **sites**:

- a. Portal da Transparência - www.vilaboa.go.gov.br
- b. Portal BNC: www.bnc.org.br

29.12 - Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, deste Município, situado na Prefeitura Municipal localizada na Rua Antônio Costa, Jardim Nova Aurora, VILA BOA-GO, pelo telefone (642)3466-1122 e ainda através do e-mail: pmvblicitacao@gmail.com

29.13 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites: www.vilaboa.go.gov.br

- Portal da Transparência; www.bnc.org.br - Portal BNC; bem como as publicações no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás e/ou Diário Oficial da União, quando for o caso, com vistas a possíveis alterações e avisos.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



29.14 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, e deverão ser inclusos no sistema os seguintes anexos os quais deverão ser anexados ao sistema:

- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO III - Minuta de ARP;
- ANEXO IV – Minuta de Contrato.

29.15 – Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de flores de Goiás - Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

Vila Boa-GO, 12 de junho de 2024.

38

Edna Maria de Oliveira
Pregoeiro



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão eletrônico nº007/2024

Processo Administrativo nº2440/2024.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Constitui objeto deste documento a aquisição de insumos médico hospitalares e medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal e Farmácia Básica afim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nº DO ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EXC. ME/EPP
1	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA PCT/100	PCT	2000	R\$ 10,75	R\$ 21.500,00	SIM 39
2	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 150 X *3,6* MM	UN	1000	R\$ 0,14	R\$ 140,00	SIM
3	ACETILCISTEINA 20 MG/ML	FR	2000	R\$ 16,32	R\$ 32.640,00	SIM
4	ACICLOVIR 200 MG	UN	2000	R\$ 0,85	R\$ 1.700,00	SIM
5	ACICLOVIR 50MG/G	UN	30	R\$ 10,02	R\$ 300,60	SIM
6	ACIDO ACETELSALICÍLICO TAMPONADO 300MG	UN	2000	R\$ 4,46	R\$ 8.920,00	SIM
7	ACIDO ACETIL SALICILICO 500 MG	UN	15000	R\$ 0,12	R\$ 1.800,00	SIM
8	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100MG- CPR	UN	40000	R\$ 0,12	R\$ 4.800,00	SIM
9	ACIDO ACETILSALICÍLICO TAMPONADO 100 MG	UN	2000	R\$ 0,12	R\$ 240,00	SIM
10	ACIDO ASCÓRBICO 100MG/ML 5ML	UN	10000	R\$ 3,94	R\$ 39.400,00	SIM
11	ACIDO DIVALPRÓATO DE SÓDIO 250 MG	UN	1000	R\$ 1,54	R\$ 1.540,00	SIM
12	ACIDO DIVALPRÓATO DE SÓDIO 500 MG	UN	1000	R\$ 2,86	R\$ 2.860,00	SIM
13	ACIDO FÓLICO 5MG-CPR	UN	60000	R\$ 0,14	R\$ 8.400,00	SIM
14	ÁCIDO FOSFÓRICO GEL 37 % 2,5ML	UN	150	R\$ 10,63	R\$ 1.594,50	SIM
15	ACIDO TRANEXÂNICO 250 MG	UN	2000	R\$ 10,51	R\$ 21.020,00	SIM
16	ACIDO TRANEXÂNICO 50MG/ML 5ML	AMP	500	R\$ 9,99	R\$ 4.995,00	SIM
17	ACIDO VALPRÓICO 250MG	NA	3000	R\$ 1,22	R\$ 3.660,00	SIM
18	ACIDO VALPRÓICO 500 MG	UN	3000	R\$ 3,57	R\$ 10.710,00	SIM
19	ÁCOOL IODADO 1000ML (-----)	LT	2400	R\$ 38,24	R\$ 91.776,00	NÃO
20	ÁCOOL IODADO 1000ML	LT	600	R\$ 38,24	R\$ 22.944,00	SIM
21	ADENOSINA 3MG/ML 2ML	AMP	200	R\$ 26,80	R\$ 5.360,00	SIM
22	ADESIVO PARA ESMALTE - DENTINA. É UM AGENTE ADESIVO DENTAL DE CONDICIONAMENTO TOTAL, ATIVADO POR LUZ VISÍVEL QUE INCORPORA UM CARGA DE SÍLICA DE 5 NM DE	FR	40	R\$ 310,36	R\$ 12.414,40	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



	DIÂMETRO, QUE REPRESENTA 10% DE SEU PESO.						
23	ADRELINA1 MG/ML 1 ML	AMP	1000	R\$ 3,18	R\$ 3.180,00	SIM	
24	ÁGUA PARA INJEÇÃO 1000ML SISTEMA FECHADO	UN	100	R\$ 19,12	R\$ 1.912,00	SIM	
25	ÁGUA OXIGENADA VL 10 / 900ML	LT	150	R\$ 32,41	R\$ 4.861,50	SIM	
26	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML	UN	20000	R\$ 0,54	R\$ 10.800,00	SIM	
27	AGULHA DESCARTÁVEL 13X0,38 CX C/100	CX	3000	R\$ 24,14	R\$ 72.420,00	SIM	
28	AGULHA GENGIVAL EXTRA CURTA COM 100 UNIDADES	CX	50	R\$ 67,27	R\$ 3.363,50	SIM	
29	AGULHA DESCARTÁVEL HIPORDÉMICA 13X0,45 CX C/100	CX	3000	R\$ 13,62	R\$ 40.860,00	SIM	
30	AGULHA DESCARTÁVEL HIPORDÉMICA 20X0,55 CX C/100	CX	4000	R\$ 10,70	R\$ 42.800,00	SIM	
31	AGULHA DESCARTÁVEL HIPORDÉMICA 25X0,7 CAIXA C/100	CX	4000	R\$ 20,09	R\$ 80.360,00	NÃO	
32	AGULHA DESCARTÁVEL HIPORDÉMICA 25X0,7 CX C/100	CX	1000	R\$ 20,09	R\$ 20.090,00	SIM	
33	AGULHA DESCARTÁVEL HIPORDÉMICA 25X0,8 CX C/100	CX	3000	R\$ 13,62	R\$ 40.860,00	SIM	
34	AGULHA DESCARTÁVEL HIPORDÉMICA 40X12 CX C/100	CX	3000	R\$ 13,62	R\$ 40.860,00	SIM	
35	AGULHA PARA SUTURA SEDA NEGRA TRANÇADA (3.0) CX C/ 24	CX	50	R\$ 103,78	R\$ 5.189,00	SIM	
36	AGULHA PARA SUTURA SEDA NEGRA TRANÇADA (4.0) CX C/ 24	CX	50	R\$ 94,89	R\$ 4.744,50	SIM	40
37	AGULHA DESCARTÁVEL HIPORDÉMICA 20X 6,0 CX C/100	CX	3000	R\$ 24,14	R\$ 72.420,00	SIM	
38	AGULHA GENGIVAL CURTA COM 100 UNIDADES	CX	50	R\$ 67,27	R\$ 3.363,50	SIM	
39	AGULHA GENGIVAL LONGA COM 100 UNIDADES	CX	30	R\$ 67,27	R\$ 2.018,10	SIM	
40	AGULHA PARA SUTURA NYLON (4.0) CX C/ 24	CX	74	R\$ 76,62	R\$ 5.669,88	SIM	
41	ALBENDAZOL 400MG-CPR	UN	4000	R\$ 1,05	R\$ 4.200,00	SIM	
42	ALBENDAZOL 40MG/ML, SUSPENSÃO ORAL-	FRASCO	1000	R\$ 3,49	R\$ 3.490,00	SIM	
43	ALBUMINA HUMANA 200MG/ML 50ML	UN	10	R\$ 586,12	R\$ 5.861,20	SIM	
44	ÁLCOOL 70% 1000ML	LT	5000	R\$ 8,87	R\$ 44.350,00	SIM	
45	ÁLCOOL 92,8%	LT	4	R\$ 24,08	R\$ 96,32	SIM	
46	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	UN	1000	R\$ 0,72	R\$ 720,00	SIM	
47	ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR	PCT	1500	R\$ 25,94	R\$ 38.910,00	SIM	
48	ALMOTOLIA 250ML AMBAR RETO	UN	100	R\$ 8,39	R\$ 839,00	SIM	
49	ALOPURINOL 100MG-CPR	UN	8000	R\$ 0,43	R\$ 3.440,00	SIM	
50	ALOPURINOL 300MG-CPR	UN	4000	R\$ 0,67	R\$ 2.680,00	SIM	
51	AMBROXOL 15 MG/5ML	FRASCO	3000	R\$ 7,77	R\$ 23.310,00	SIM	
52	AMBROXOL 30 MG/5ML	FRASCO	1500	R\$ 8,33	R\$ 12.495,00	SIM	
53	AMINOFILINA 240MG/10ML	NA	800	R\$ 10,57	R\$ 8.456,00	SIM	
54	AMIODARANA 200MG-CPR	UN	15000	R\$ 1,33	R\$ 19.950,00	SIM	
55	AMIODARANA 50MG INJ	AMP	1000	R\$ 5,15	R\$ 5.150,00	SIM	
56	AMITRIPIILINA 25 MG	UN	30000	R\$ 0,12	R\$ 3.600,00	SIM	
57	AMOXICILINA + ÁC. CLAV 250/125MG/5ML,S.ORAL 100ML	FR	1000	R\$ 43,25	R\$ 43.250,00	SIM	
58	AMOXICILINA 250MG/5ML,SUSPENSÃO ORAL-FRASCO	FR	2000	R\$ 36,61	R\$ 73.220,00	SIM	



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



	150ML						
59	AMOXICILINA + ÁC. CLAV 500/125MG-CPR	UN	5000	R\$ 15,38	R\$ 76.900,00	SIM	
60	AMOXICILINA 500MG-CPR	UN	20000	R\$ 0,50	R\$ 10.000,00	SIM	
61	AMPICILINA + SULBACTAN 1G+0,5G	AMP	100	R\$ 17,18	R\$ 1.718,00	SIM	
62	AMPICILINA SÓDICA 1GR	UN	500	R\$ 9,50	R\$ 4.750,00	SIM	
63	AMPICILINA SÓDICA 500MG	AMP	2000	R\$ 1,38	R\$ 2.760,00	SIM	
64	ANESTÉSICO ALPHACAINE (LIDOCAINA) 2% 1:100.000 - C/ 50 TB -- DFL - ALPHACAINE	CX	100	R\$ 290,73	R\$ 29.073,00	SIM	
65	ANESTÉSICO ARTICAINA 4% DFL COM EPINEFRINA 1:100000	CX	10	R\$ 169,65	R\$ 1.696,50	SIM	
66	ANESTÉSICO TÓPICO• POSSUI RÁPIDO INÍCIO DE AÇÃO.	UN	50	R\$ 30,01	R\$ 1.500,50	SIM	
67	ANLÓDIPINO 10MG-CPR	UN	15000	R\$ 0,16	R\$ 2.400,00	SIM	
68	ANLÓDIPINO 5MG-CPR	UN	40000	R\$ 0,13	R\$ 5.200,00	SIM	
69	APARELHO MEDIDOR PROFISSIONAL PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL BRAÇO	UN	10	R\$ 298,71	R\$ 2.987,10	SIM	
70	APARELHO PARA GLICEMIA ON CALL PLUS	UN	200	R\$ 82,77	R\$ 16.554,00	SIM	
71	APARELHO DE P.A. ADULTO COMPLETO COMUM	UN	50	R\$ 185,67	R\$ 9.283,50	SIM	41
72	APARELHO DE P.A. ADULTO OBESO COMPLETO COMUM	UN	20	R\$ 240,14	R\$ 4.802,80	SIM	
73	APARELHO DE BARBEAR DESC.	UN	50	R\$ 2,13	R\$ 106,50	SIM	
74	APARELHO DE P.A. INFANTIL COMPLETO COMUM	UN	20	R\$ 186,80	R\$ 3.736,00	SIM	
75	APLICADORES DESCARTÁVEIS (MICROBRUSH), COM 100 UNIDADES	CX	50	R\$ 21,11	R\$ 1.055,50	SIM	
76	APRAZOLAM 1MG	UN	2000	R\$ 4,61	R\$ 9.220,00	SIM	
77	APRAZOLAM 2MG	UN	4000	R\$ 0,47	R\$ 1.880,00	SIM	
78	ARCO DE YOUNG DOBRÁVEL AUTOCLAVÁVEL(ADULTO)	UN	2	R\$ 20,15	R\$ 40,30	SIM	
79	ATADURA DE ALGODÃO LARG.20CMX 1,80M C/12UN	PCT	1000	R\$ 36,47	R\$ 36.470,00	SIM	
80	ATADURA DE ALGODÃO LARG.10CM X 1,80M PCT C/12	PCT	2000	R\$ 27,00	R\$ 54.000,00	SIM	
81	ATADURA DE ALGODÃO LARG.15CM X 1,80M C/12UN	PCT	1000	R\$ 40,50	R\$ 40.500,00	SIM	
82	ATADURA DE CREPOM 10 CM X 1,80 MT 13 FIOS PCT C/12UN	PCT	1500	R\$ 11,04	R\$ 16.560,00	SIM	
83	ATADURA DE CREPOM 15 CM X 1,80 MT 13 FIOS PCT C/12UN	PCT	1500	R\$ 16,60	R\$ 24.900,00	SIM	
84	ATADURA DE CREPOM 20 CM X 1,80 MT 13FIOS PCT C/12UNIDADE	PCT	1200	R\$ 60,94	R\$ 73.128,00	NÃO	
85	ATADURA DE CREPOM 20 CM X 1,80 MT 13FIOS PCT C/12UN	PCT	300	R\$ 60,94	R\$ 18.282,00	SIM	
86	ATENÓLÓL 100MG-CPR	UN	5000	R\$ 0,34	R\$ 1.700,00	SIM	
87	ATENÓLÓL 50MG-CPR	UN	40000	R\$ 0,18	R\$ 7.200,00	sim	
88	ATENÓLÓL CPR 25MG	UN	50000	R\$ 0,13	R\$ 6.500,00	SIM	
89	ATROPINA (SULFATO DE)0,500MG/ML 1ML	AMP	300	R\$ 5,15	R\$ 1.545,00	SIM	
90	ATROPINA (SULFATO DE)0,25MG/ML 1ML	AMP	400	R\$ 2,13	R\$ 852,00	SIM	
91	AZITROMICINA 40MG,SUSPENSÃO ORAL-	FRASCO	2000	R\$ 27,29	R\$ 54.580,00	SIM	
92	AZITROMICINA 500MG CPR	UN	10000	R\$ 2,45	R\$ 24.500,00	SIM	
93	BABADOR DESCARTAVEIS	UN	200	R\$ 31,69	R\$ 6.338,00	SIM	



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



94	BACLOFENO 10 MG	UN	1000	R\$ 0,83	R\$ 830,00	SIM
95	BENICA ANLO 40/5 MG	UN	1000	R\$ 5,20	R\$ 5.200,00	SIM
96	BENZILPENICILINA PROCAÍNA + BENZILPENICILINA POTÁSSIA	AMP	2000	R\$ 12,65	R\$ 25.300,00	SIM
97	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ INJETÁVEL 1.200.000 UI	AMP	3000	R\$ 11,68	R\$ 35.040,00	SIM
98	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ INJETÁVEL 600.000 UI	AMP	3000	R\$ 13,74	R\$ 41.220,00	SIM
99	BENZILPENICILINA CRISTALINA 5.000 UI	AMP	200	R\$ 35,90	R\$ 7.180,00	SIM
100	BENZNIDAZOL 100MG	UN	800	R\$ 3,24	R\$ 2.592,00	SIM
101	BENZOATO DE BENZILA 15% EMULSÃO- 100ML	FRASCO	100	R\$ 16,87	R\$ 1.687,00	SIM
102	BICALUTAMIDA 50MG	UN	300	R\$ 4,30	R\$ 1.290,00	SIM
103	BIPERIDENO 2MG	UN	3000	R\$ 1,02	R\$ 3.060,00	SIM
104	BIPERIDENO 4MG	UN	3000	R\$ 1,73	R\$ 5.190,00	SIM
105	BISOPROLOL,FUMARATO 2,5MG	UN	3000	R\$ 1,99	R\$ 5.970,00	SIM
106	BITARTARATO DE NOREPINEFRINA	UN	300	R\$ 8,56	R\$ 2.568,00	SIM
107	BLOOD STOP COM 500 UNIDADES	UN	20	R\$ 46,65	R\$ 933,00	SIM
108	BOBINA PARA ESTERELIZAÇÃO 20 CM (AUTOCLAVE)	UN	100	R\$ 197,15	R\$ 19.715,00	SIM
109	BOLSA COLETORA DE URINA P/SISTEMA FECHADO	UN	3000	R\$ 6,03	R\$ 18.090,00	SIM
110	BOLSA PARA COLOSTOMIA(CONVANTEC OU SIMILIAR)	UN	2000	R\$ 23,49	R\$ 46.980,00	SIM
111	BROMETO DE IPATRÓPICO GTS 20ML 0,250 MG/MLP/INALAÇÃO	FRASCO	400	R\$ 41,51	R\$ 16.604,00	SIM
112	BROMETO DE IPATRÓPICO 20MCG	FR	400	R\$ 41,51	R\$ 16.604,00	SIM
113	BROMETO DE PANCURÔNIO 2MG/2ML	AMP	10	R\$ 26,33	R\$ 263,30	SIM
114	BROMOPRIDA 10MG CPR	UN	10000	R\$ 0,65	R\$ 6.500,00	SIM
115	BROMOPRIDA 4MG/ML	AMP	3000	R\$ 2,38	R\$ 7.140,00	SIM
116	BROMOPRIDA 5MG/ML 2ML	AMP	2000	R\$ 2,38	R\$ 4.760,00	SIM
117	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32 MCG/DOSE	FR	200	R\$ 29,45	R\$ 5.890,00	SIM
118	BULTIBROMETO DE ESCOPOLAMINA DE 20MG/ML	AMP	3000	R\$ 1,76	R\$ 5.280,00	SIM
119	BUPROPIONA 150 MG	UN	2000	R\$ 3,07	R\$ 6.140,00	SIM
120	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA 20MG+500MG/5ML	AMP	4000	R\$ 3,37	R\$ 13.480,00	SIM
121	CABO DE BISTURI Nº 03	UN	10	R\$ 19,61	R\$ 196,10	SIM
122	CAMPO CIRURGICO FENESTRADO ESTERIL AZUL 80X80	UN	20	R\$ 15,20	R\$ 304,00	SIM
123	CAPOTE	UN	150	R\$ 4,10	R\$ 615,00	SIM
124	CAPTOPRIL 25MG-CPR	UN	60000	R\$ 0,13	R\$ 7.800,00	SIM
125	CAPTOPRIL 50MG-CPR	UN	30000	R\$ 0,30	R\$ 9.000,00	SIM
126	CARBAMAZEPINA 200MG	UN	10000	R\$ 0,42	R\$ 4.200,00	SIM
127	CARBAMAZEPINA 20MG/ML	NA	200	R\$ 35,09	R\$ 7.018,00	SIM
128	CARBONATO DE CÁLCIO+COLECALCIFEROL 500MG CACO3+400UI	FR	10000	R\$ 3,15	R\$ 31.500,00	SIM
129	CARBONATO DE LÍCIO 300MG	UN	2000	R\$ 0,86	R\$ 1.720,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



130	CARBONATO DE LÍTIU CR 450MG	UN	1000	R\$ 3,35	R\$ 3.350,00	SIM
131	CARBONO PARA ARTICULAÇÃO 12 FOLHAS (ENVELOPE)	UN	50	R\$ 4,62	R\$ 231,00	SIM
132	CARVÃO ATIVADO 25MG	UN	200	R\$ 3,82	R\$ 764,00	SIM
133	CARVÃO ATIVADO EM PÓ 1KL	UN	10	R\$ 327,46	R\$ 3.274,60	SIM
134	CARVEDILOL 12,5 MG-CPR	UN	10000	R\$ 0,23	R\$ 2.300,00	SIM
135	CARVEDILOL 25MG	UN	10000	R\$ 0,52	R\$ 5.200,00	SIM
136	CARVEDILOL 3,125MG	UN	8000	R\$ 0,23	R\$ 1.840,00	SIM
137	CARVEDILOL 6,25MG-CPR	UN	10000	R\$ 0,30	R\$ 3.000,00	SIM
138	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) 14G CX C/50 UNIDADE	CX	800	R\$ 108,60	R\$ 86.880,00	NÃO
139	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) 14G CX C/50 UND	CX	200	R\$ 108,60	R\$ 21.720,00	SIM
140	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) 16G CX C/50 UNIDADE	CX	800	R\$ 108,60	R\$ 86.880,00	NÃO
141	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) 16G CX C/50 UND	UN	200	R\$ 108,60	R\$ 21.720,00	SIM
142	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) 18G CX C/50 UND	CX	1000	R\$ 64,43	R\$ 64.430,00	SIM
143	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) 20G CX C/50 UND	CX	1000	R\$ 64,43	R\$ 64.430,00	SIM
144	CATETER INTRAVENOSO (JELCO) 22G CX C/50 UND	CX	1000	R\$ 64,43	R\$ 64.430,00	SIM 43
145	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS PARA OXIGÊNIO	UN	800	R\$ 4,06	R\$ 3.248,00	SIM
146	CATETER INTRAVENOSO(JELCO)24G CX C/50 UND	CX	1000	R\$ 64,43	R\$ 64.430,00	SIM
147	CEFALEXINA 250MG/5ML,SUSPENSÃO ORAL- 60ML	FRASCO	2000	R\$ 30,21	R\$ 60.420,00	SIM
148	CEFALEXINA 500MG-CPR	UN	10000	R\$ 1,82	R\$ 18.200,00	SIM
149	CEFALOTINA 1G	UN	2000	R\$ 8,70	R\$ 17.400,00	SIM
150	CEFAZOLINA SÓDICA 1GR PÓ INJ	AMP	800	R\$ 8,70	R\$ 6.960,00	SIM
151	CEFEPIMA 1G	UN	800	R\$ 22,89	R\$ 18.312,00	SIM
152	CEFTADIZIMA 1GR	AMP	100	R\$ 110,92	R\$ 11.092,00	SIM
153	CEFTRIAXONA SÓDICA 1GR PÓ INJ	AMP	5000	R\$ 6,88	R\$ 34.400,00	SIM
154	CERA PARA OSSO	UN	24	R\$ 76,30	R\$ 1.831,20	SIM
155	CETAMINA 50MG/ML SOL.INJ 10ML	AMP	50	R\$ 223,86	R\$ 11.193,00	SIM
156	CETOCONAZOL 20MG (-----)	UN	6400	R\$ 14,16	R\$ 90.624,00	NÃO
157	CETOCONAZOL 20MG	UN	1600	R\$ 14,16	R\$ 22.656,00	SIM
158	CETOPROFENO 150 MG	UN	10000	R\$ 1,14	R\$ 11.400,00	SIM
159	CETOPROFENO 50 MG/ML	AMP	4000	R\$ 2,63	R\$ 10.520,00	SIM
160	CICLOBENZAPRINA 10MG	UN	5000	R\$ 1,05	R\$ 5.250,00	SIM
161	CICLOBENZAPRINA 5MG	UN	10000	R\$ 0,53	R\$ 5.300,00	SIM
162	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO BIOCAL	UN	6	R\$ 105,56	R\$ 633,36	SIM
163	CIMETIDINA 150MG/ML SOL,INJ 2ML	AMP	3000	R\$ 2,12	R\$ 6.360,00	SIM
164	CIMETIDINA 200MG	UN	8000	R\$ 3,52	R\$ 28.160,00	SIM
165	CIMETIDINA 400MG	UN	2000	R\$ 6,00	R\$ 12.000,00	SIM
166	CINARIZINA 75 MG	UNI	8000	R\$ 0,99	R\$ 7.920,00	SIM
167	CIPIATO DE TESTOTERONA 200MG	UN	20	R\$ 200,03	R\$ 4.000,60	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



168	CIPROFLOXACINO 200MG INJ	UN	500	R\$ 23,24	R\$ 11.620,00	SIM
169	CIPROFLOXACINO 250MG-CPR	UN	5000	R\$ 3,80	R\$ 19.000,00	SIM
170	CIPROFLOXACINO 2MG/ML 200ML 400MG	AMP	300	R\$ 78,01	R\$ 23.403,00	SIM
171	CIPROFLOXACINO 500 MG	UN	10000	R\$ 0,62	R\$ 6.200,00	SIM
172	CITALOPRAM 20 MG	UN	5000	R\$ 0,43	R\$ 2.150,00	SIM
173	CITRATO DE CÁLCIO 500MG+COLECALCIFEROL(VIT D3) 200UI-PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	UN	500	R\$ 7,24	R\$ 3.620,00	SIM
174	CITRATO DE POTÁSSIO 5 M EQ/CP	NA	300	R\$ 2,12	R\$ 636,00	SIM
175	CLARITROMICINA 250 MG (-----)	UN	1600	R\$ 102,09	R\$ 163.344,00	NÃO
176	CLARITROMICINA 250 MG	UN	400	R\$ 102,09	R\$ 40.836,00	SIM
177	CLARITROMICINA 500 MG	UN	3000	R\$ 6,44	R\$ 19.320,00	SIM
178	CLINDAMICINA 150 MG	AMP	2500	R\$ 6,36	R\$ 15.900,00	SIM
179	CLINDAMICINA 300 MG	AMP	2000	R\$ 2,69	R\$ 5.380,00	SIM
180	CLINDAMICINA 300 MG/2ML	AMP	1000	R\$ 12,11	R\$ 12.110,00	SIM
181	CLINDAMICINA 600 MG/4ML	AMP	1000	R\$ 7,00	R\$ 7.000,00	SIM
182	CLOBAZAM 10 MG	UN	800	R\$ 1,33	R\$ 1.064,00	SIM
183	CLOMIPRAMINA 25MG-CPR	UN	800	R\$ 2,93	R\$ 2.344,00	SIM
184	CLONAZEPAM 0,5 MG	UN	5000	R\$ 0,18	R\$ 900,00	SIM
185	CLONAZEPAM 2 MG	AMP	20000	R\$ 0,14	R\$ 2.800,00	SIM
186	CLONAZEPAM 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FR	150	R\$ 6,55	R\$ 982,50	SIM
187	CLONIDIMA 150MCG/ML	AMP	150	R\$ 13,26	R\$ 1.989,00	SIM
188	CLOPIDOGREL 75MG	UN	3000	R\$ 1,25	R\$ 3.750,00	SIM
189	CLORANFENICOL 250 MG	UN	5000	R\$ 2,54	R\$ 12.700,00	SIM
190	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL- 30ML	FRASCO	100	R\$ 7,87	R\$ 787,00	SIM
191	CLORETO DE POTASSIO 19,1% 10ML S INJ	AMP	500	R\$ 1,33	R\$ 665,00	SIM
192	CLORETO DE POTASSIO 15% 10ML S INJ	AMP	500	R\$ 1,27	R\$ 635,00	SIM
193	CLORETO DE SÓDIO 17,55% 10 ML	AMP	1000	R\$ 2,46	R\$ 2.460,00	SIM
194	CLORETO DE SÓDIO 20% 10ML	AMP	800	R\$ 1,12	R\$ 896,00	SIM
195	CLOREXIDINA 0,12% - SOLUÇÃO DE 1000ML (PARA BOCHECHO)	FR	30	R\$ 51,87	R\$ 1.556,10	SIM
196	CLORIDATO DE LIDOCAÍNA 3% COM VASOCONSTRICTOR (HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 1:50.000) - 50 TUBETES	CX	100	R\$ 7,03	R\$ 703,00	SIM
197	CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA A 3% - COM VASOCONSTRICTOR - 50 TUBETES	CX	100	R\$ 299,13	R\$ 29.913,00	SIM
198	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA INJ 5ML	AMP	1000	R\$ 3,88	R\$ 3.880,00	SIM
199	CLORIDRATO DE PEDITINA 50MG/ML 2 ML	AMP	1000	R\$ 9,26	R\$ 9.260,00	SIM
200	CLORIDRATO DE AMANTADINA 10MG	UN	1500	R\$ 1,89	R\$ 2.835,00	SIM
201	CLORIDRATO DE DOPAMINA 50 MG/10ML	AMP	1000	R\$ 12,92	R\$ 12.920,00	SIM
202	CLORIDRATO DE LOPERAMINA 2MG	UN	3000	R\$ 0,67	R\$ 2.010,00	SIM
203	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 5 MG	AMP	1000	R\$ 2,10	R\$ 2.100,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



204	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG	UN	10000	R\$	0,56	R\$ 5.600,00	SIM
205	CLORIDRATO DE PLOGITAZONA 15MG	UN	2000	R\$	9,49	R\$ 18.980,00	SIM
206	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 40 MG)	UN	8000	R\$	1,79	R\$ 14.320,00	SIM
207	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	UN	5000	R\$	0,58	R\$ 2.900,00	SIM
208	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 200MG	UN	500	R\$	11,70	R\$ 5.850,00	SIM
209	CLORIDRATO DE VARDENAFILA 20MG	UN	30	R\$	191,52	R\$ 5.745,60	SIM
210	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG	UN	300	R\$	2,11	R\$ 633,00	SIM
211	CLORPROMAZINA 100MG	UN	4000	R\$	1,14	R\$ 4.560,00	SIM
212	CLORPROMAZINA 25MG	UN	4000	R\$	0,70	R\$ 2.800,00	SIM
213	CLORTALIDONA 12,5MG	UN	4000	R\$	0,72	R\$ 2.880,00	SIM
214	CODERGOCRINA 0,3MG/ML	AMP	500	R\$	83,90	R\$ 41.950,00	SIM
215	COLCHICINA 0,5MG	NA	3000	R\$	2,94	R\$ 8.820,00	SIM
216	COLECALCIFEROL 7000UI	UN	200	R\$	1,36	R\$ 272,00	SIM
217	COLETOR DE MATERIAL PERFURANTE/CORTANTE 20LTS	UN	600	R\$	12,43	R\$ 7.458,00	SIM
218	COLETOR UNIVERSAL 50ML PARA BACIOLOGIA/DIARRÉIA	UN	800	R\$	0,80	R\$ 640,00	SIM 45
219	COLETOR DE URINA (SACO) SISTEMA ABERTO C/100 UNI	PCT	1000	R\$	76,12	R\$ 76.120,00	SIM
220	COLETOR DE URINA C/ JONTEX P/ INCONTINÊNCIA URINARIA C/ 100 UM .	PCT	80	R\$	327,46	R\$ 26.196,80	SIM
221	COLETOR DE MATERIAL PERFURANTE/CORTANTE 13LTS	UN	300	R\$	9,37	R\$ 2.811,00	SIM
222	COLETOR DE URINA (SACO) SISTEMA ABERTO C/100 UM .	PCT	300	R\$	76,12	R\$ 22.836,00	SIM
223	COLGADURAS INDIVIDUAIS	UN	6	R\$	16,14	R\$ 96,84	SIM
224	COLIRIO ANESTESICO	UN	30	R\$	29,78	R\$ 893,40	SIM
225	COLIRIO MYDRYACIL	UN	30	R\$	35,25	R\$ 1.057,50	SIM
226	COMPLEXO B INJ 2 ML	AMP	8000	R\$	2,44	R\$ 19.520,00	SIM
227	COMPRESSA COM EMULSAO DE PETROLATUM	UN	200	R\$	16,47	R\$ 3.294,00	SIM
228	COMPRESSAS CIRÚRGICAS CAMPO OPERATORIO NÃO ESTÉRIL TIPO I MEDINDO 45X50CM PCT C/50UND	PCT	500	R\$	82,82	R\$ 41.410,00	SIM
229	COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTERIL MEDINDO 7,5X7,5CM 11 FIOS PCT C/500 UND .	PCT	600	R\$	66,39	R\$ 39.834,00	sim
230	COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTERIL MEDINDO 7,5X7,5CM 11 FIOS PCT C/500 UNIDADE	PCT	2400	R\$	66,39	R\$ 159.336,00	não
231	COTOSOL	UN	15	R\$	30,41	R\$ 456,15	SIM
232	CUBA REDONDA INOX 8 CM ASSEPSIA	UN	10	R\$	51,31	R\$ 513,10	SIM
233	CUBA RIM PROCEDIMENTOS INOX 26X12X6 CM	UN	10	R\$	117,51	R\$ 1.175,10	SIM
234	CUMARINA+TROXERRUTINA	UN	600	R\$	3,21	R\$ 1.926,00	SIM
235	CUNHA DE MADEIRA NATURAL COM 100 UNIDADES	UN	5	R\$	70,15	R\$ 350,75	SIM
236	CURETA GRACEY PADRÃO 11-12 CABO OCO 8MM (MILLENIUM)	UN	12	R\$	58,84	R\$ 706,08	SIM
237	DAPAGLIFLOZINA 10MG	UN	1500	R\$	12,61	R\$ 18.915,00	SIM
238	DESLANÓSIDE 0,2MG/ML 2ML	AMP	800	R\$	4,69	R\$ 3.752,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



239	DESLORATADINA 0,5MG/ML 100ML	FR	2000	R\$ 32,39	R\$ 64.780,00	SIM
240	DETERGENTE EZIMATICO PARA LAVAGEM DE INSTRUMENTAIS 5LTR	UN	10	R\$ 547,85	R\$ 5.478,50	SIM
241	DEXAMETASONA 0,1MG/ML	FR	500	R\$ 13,68	R\$ 6.840,00	SIM
242	DEXAMETASONA 1% CREME-TUBO 10G	TUBO	2000	R\$ 5,27	R\$ 10.540,00	SIM
243	DEXAMETASONA 4MG	UNI	10000	R\$ 0,52	R\$ 5.200,00	SIM
244	DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5ML (INJ)	INJ	10000	R\$ 3,20	R\$ 32.000,00	SIM
245	DEXCLORFENIRAMINA 2MG- CPR	UN	10000	R\$ 0,22	R\$ 2.200,00	SIM
246	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML,SUSPENSÃO ORAL-FR 120ML (-----)	UN	1600	R\$ 53,34	R\$ 85.344,00	não
247	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML,SUSPENSÃO ORAL-FR 120ML	FR	400	R\$ 53,34	R\$ 21.336,00	SIM
248	DIAZEPAM 10MG	UN	20000	R\$ 0,14	R\$ 2.800,00	SIM
249	DIAZEPAM 10MG/2ML	FR	3000	R\$ 2,57	R\$ 7.710,00	SIM
250	DIAZEPAM 5MG	UN	5000	R\$ 0,13	R\$ 650,00	SIM
251	DICLOFENACO DE SÓDIO 75MG/3ML	AMP	10000	R\$ 3,43	R\$ 34.300,00	SIM
252	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 11,6 MG/G	UN	1000	R\$ 16,87	R\$ 16.870,00	SIM
253	DIGOXINA 0,25MG-CPR	UN	10000	R\$ 0,50	R\$ 5.000,00	SIM
254	DILTIAZEM (CLORIDRATO) 30 MG	UN	2000	R\$ 0,61	R\$ 1.220,00	SIM
255	DILTIAZEM (CLORIDRATO) 60 MG	UN	2000	R\$ 1,03	R\$ 2.060,00	SIM
256	DIMETICONA 75MG/ML 20ML GOTAS	FR	400	R\$ 7,78	R\$ 3.112,00	SIM
257	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 40MG-CPR	UN	3000	R\$ 0,68	R\$ 2.040,00	SIM
258	DIPIRONA 500MG/ML-FRASCO/GOTAS 10 ML	FR	15000	R\$ 3,49	R\$ 52.350,00	SIM
259	DIPIRONA 500MG-CPR	UN	40000	R\$ 0,34	R\$ 13.600,00	SIM
260	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML 2ML	AMP	20000	R\$ 1,63	R\$ 32.600,00	SIM
261	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250 MCG AEROSOL INALATO	FR	150	R\$ 147,98	R\$ 22.197,00	SIM
262	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50 MCG AEROSOL ORAL	FR	150	R\$ 112,51	R\$ 16.876,50	SIM
263	DISP. DUAS VIAS C/ CLAMP	UN	500	R\$ 5,05	R\$ 2.525,00	SIM
264	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	UN	2000	R\$ 1,29	R\$ 2.580,00	SIM
265	DOBUTAMINA 250MG/20ML	AMP	500	R\$ 16,40	R\$ 8.200,00	SIM
266	DOMPERIDONA 10 MG	UN	8000	R\$ 0,38	R\$ 3.040,00	SIM
267	DOXAZOSINA 2MG-CPR	UN	5000	R\$ 1,54	R\$ 7.700,00	SIM
268	DOXAZOSINA 4MG-CPR	UN	1000	R\$ 1,83	R\$ 1.830,00	SIM
269	DRAMIN B6(seis) DL CLOR.DE PIRIDOXINA+GLICOSE+FRUTOSE 10ML	AMP	4000	R\$ 17,40	R\$ 69.600,00	NÃO
270	DRAMIN B6 DL (CLOR.DE PIRIDOXINA+GLICOSE+FRUTOSE) 10ML	AMP	1000	R\$ 17,40	R\$ 17.400,00	SIM
271	DRENO TORAX Nº24 COMPLETO 2000ML	UN	10	R\$ 121,40	R\$ 1.214,00	SIM
272	DRENO TORAX Nº28 COMPLETO 2000ML	UN	12	R\$ 121,40	R\$ 1.456,80	SIM
273	DRENO TORAX Nº32 COMPLETO 2000ML	UN	10	R\$ 121,40	R\$ 1.214,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



274	DRENO TORAX Nº34 COMPLETO 2000ML	UN	10	R\$ 121,40	R\$ 1.214,00	SIM
275	EDTA 17%	UN	4	R\$ 15,33	R\$ 61,32	SIM
276	EFEDRINA 50MG/ML 1 ML	AMP	500	R\$ 7,76	R\$ 3.880,00	SIM
277	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA MONITORAÇÃO CARDÍACA PCT/50 UND	CX	50	R\$ 19,81	R\$ 990,50	SIM
278	ENALAPRIL 10MG-CPR	UN	60000	R\$ 0,11	R\$ 6.600,00	SIM
279	ENALAPRIL 20MG-CPR	UN	30000	R\$ 0,16	R\$ 4.800,00	SIM
280	ENALAPRIL 5MG-CPR	UN	8000	R\$ 0,17	R\$ 1.360,00	SIM
281	ENDO ICE SPRAY	FR	2	R\$ 81,54	R\$ 163,08	SIM
282	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4MLCX.C/10 SERINGAS	CX	150	R\$ 29,88	R\$ 4.482,00	SIM
283	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG/0,4MLCX.C/10 SERINGAS	CX	150	R\$ 424,84	R\$ 63.726,00	SIM
284	ENTRESTO 24 MG + 26 MG C/28 CPR (SACUBITRIL + VANLOSVARTIS)	CX	15	R\$ 343,78	R\$ 5.156,70	SIM
285	EQUIPO MACROGOTAS C/INJETOR LATERAL	UN	10000	R\$ 1,30	R\$ 13.000,00	SIM
286	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	UN	500	R\$ 2,08	R\$ 1.040,00	SIM
287	ERGOMETRIN 0,2 MG/ML	UN	150	R\$ 4,46	R\$ 669,00	SIM
288	ERITROMICINA 125MG/5ML,SUSPENSÃO- ORAL FRASCO 60ML	FR	400	R\$ 44,43	R\$ 17.772,00	SIM
289	ERITROMICINA 250MG-CPR	UN	4000	R\$ 2,52	R\$ 10.080,00	SIM
290	ERITROMICINA 500MG-CPR	UN	2000	R\$ 4,17	R\$ 8.340,00	SIM
291	ESCITALOPRAM 10 MG	UN	8000	R\$ 0,61	R\$ 4.880,00	SIM
292	ESCOPOLAMINA + PARACETAMOL 10+500MG	UN	1500	R\$ 2,50	R\$ 3.750,00	SIM
293	ESCOVA ENDOCERVICAL ESTERIL C/ 100UN	UN	100	R\$ 85,30	R\$ 8.530,00	SIM
294	ESCOVA PINCEL DE ROBSON	UN	200	R\$ 3,04	R\$ 608,00	SIM
295	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10C X4.5 ...	UN	6000	R\$ 16,04	R\$ 96.240,00	SIM
296	ESPÁTULA DE AYRE C/100	UN	100	R\$ 24,87	R\$ 2.487,00	SIM
297	ESPÉCULO VAGINAL G	UN	1000	R\$ 2,99	R\$ 2.990,00	SIM
298	ESPÉCULO VAGINAL M	UN	2000	R\$ 2,99	R\$ 5.980,00	SIM
299	ESPÉCULO VAGINAL P	UN	1500	R\$ 2,99	R\$ 4.485,00	SIM
300	ESPIRAMICINA 500-CPR	UN	600	R\$ 3,95	R\$ 2.370,00	SIM
301	ESPIRONOLACTONA 100MG-CPR	UN	3000	R\$ 1,90	R\$ 5.700,00	SIM
302	ESPIRONOLACTONA 25MG-CPR	UN	40000	R\$ 0,51	R\$ 20.400,00	SIM
303	ETILEFRINA 10MG/ML 1ML	AMP	500	R\$ 5,91	R\$ 2.955,00	SIM
304	ETOMIDATO 2MG/ML 10ML	AMP	200	R\$ 26,74	R\$ 5.348,00	SIM
305	EUCALIPTOL	FR	2	R\$ 25,62	R\$ 51,24	SIM
306	FENITOÍNA 100MG	NA	10000	R\$ 0,26	R\$ 2.600,00	SIM
307	FENITOÍNA SODICA 50MG/ML 5ML	AMP	1000	R\$ 7,60	R\$ 7.600,00	SIM
308	FENOBARBITAL 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL- FRASCO 20ML	FR	100	R\$ 12,89	R\$ 1.289,00	SIM
309	FENOBARBITAL 100MG	UN	20000	R\$ 0,43	R\$ 8.600,00	SIM
310	FENOBARBITAL 200MG/ML 2ML	AMP	1000	R\$ 5,82	R\$ 5.820,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



311	FENTALINA(CITRATO DE)50 MCG 10ML	AMP	100	R\$ 6,53	R\$ 653,00	SIM
312	FENTALINA(CITRATO DE)75 MCG 10ML	AMP	100	R\$ 9,82	R\$ 982,00	SIM
313	FERRO QUELATO GLICINATO 150 MG COMPRIMIDO RV	UN	1000	R\$ 2,54	R\$ 2.540,00	SIM
314	FIO CATGUT SIMPLES 0 FIO 75CM CURVA 3/8 R AGULHA 4,0CM C/24 UND	CX	10	R\$ 223,82	R\$ 2.238,20	SIM
315	FIO CATGUT SIMPLES 1 FIO 75CM CURVA 3/8 R AGULHA 4,0CM C/24 UND	CX	10	R\$ 223,82	R\$ 2.238,20	SIM
316	FIO CATGUT SIMPLES 2 FIO 75CM CURVA 3/8 R AGULHA 4,0CM C/24 UND	CX	10	R\$ 223,82	R\$ 2.238,20	SIM
317	FIO CATGUT SIMPLES 3 FIO 75CM CURVA 3/8 R AGULHA 4,0CM C/24 UND	CX	10	R\$ 223,82	R\$ 2.238,20	SIM
318	FIO PARA SUTURA NYLON 2-0CTI- AG.3/8-CIRC.4,0CM CORTANTE/TRIANGULAR,45CM C/24 UND	CX	60	R\$ 108,37	R\$ 6.502,20	SIM
319	FIO CATGUT CROMADO 1 FIO 75CM CURVA 3/8 R AG 4,0 CM C/24 UND	CX	10	R\$ 288,29	R\$ 2.882,90	SIM
320	FIO CATGUT CROMADO 3 FIO 75CM CURVA 3/8 R AG 4,0 CM C/24 UND	CX	10	R\$ 288,29	R\$ 2.882,90	SIM
321	FIO ALGODÃO 2-0 COM AGULHA 4-0CM C/24 UM	UN	5	R\$ 79,48	R\$ 397,40	SIM
322	FIO CATGUT SIMPLES 4 FIO 75CM CURVA 3/8 R AGULHA 4,0CM C/24 UND	CX	10	R\$ 288,29	R\$ 2.882,90	SIM
323	FIO PARA SUTURA NYLON6-0CTI-AG.3/8- CIRC.4,0CM CORTANTE/TRIANGULAR C/24 UND	CX	60	R\$ 223,32	R\$ 13.399,20	SIM
324	FIO ALGODÃO 0 COM AGULHA 4-0CM C/24 UND	CX	5	R\$ 288,29	R\$ 1.441,45	SIM
325	FIO DENTAL 500M	UN	24	R\$ 18,69	R\$ 448,56	SIM
326	FIO PARA SUTURA NYLON 4-0CTI AG.3/8- CIRC.4,0CM CORTANTE/TRIANGULAR,45CM C/24 UND	CX	60	R\$ 119,81	R\$ 7.188,60	SIM
327	FIO PARA SUTURA NYLON 5-0CTI-AG.3/8- CIRC.4,0CM CORTANTE/TRIANGULAR C/24 UND	CX	60	R\$ 119,81	R\$ 7.188,60	SIM
328	FIO POLIPROPILENO 0 FIO 75 CM CURVA 1/2R C/AG.4-0CM C/24 UND	CX	5	R\$ 338,67	R\$ 1.693,35	SIM
329	FIO POLIPROPILENO 1-0 C/AG.4-0CM C/24 UND	CX	5	R\$ 368,85	R\$ 1.844,25	SIM
330	FIO POLIPROPILENO 2 FIO 75 CM CURVA 1/2R C/AG.4-0CM	CX	5	R\$ 399,43	R\$ 1.997,15	SIM
331	FIO POLIPROPILENO 4-0 C/ AG. 4-0 CM C/24 UND	CX	5	R\$ 368,85	R\$ 1.844,25	SIM
332	FIO SEDA 0 COM AGULHA 4-0	CX	10	R\$ 71,13	R\$ 711,30	SIM
333	FIO SEDA 2 COM AGULHA 4-0	CX	10	R\$ 71,13	R\$ 711,30	SIM
334	FITA HIPOALÉRGICA MICROPORE 25MMX10M	UN	100	R\$ 28,54	R\$ 2.854,00	SIM
335	FITA ADESIVA CIRURGICA 2,5X4,5 CM MICROPORE	UN	500	R\$ 22,58	R\$ 11.290,00	SIM
336	FITA ADESIVA 19MMX50M	UN	600	R\$ 7,83	R\$ 4.698,00	SIM
337	FITA ADESIVA AUTOCLAVE 19X30	UN	800	R\$ 12,21	R\$ 9.768,00	SIM
338	FITA PARA GLICEMIA ON CALL PLUS CX C/50 UND	CX	1500	R\$ 44,85	R\$ 67.275,00	SIM
339	FITOMENADIONA 10MG/ML (VITAMINA K)	UN	2000	R\$ 5,72	R\$ 11.440,00	SIM
340	FIXADOR CITOLOGICO AEROSOL	FR	80	R\$ 12,83	R\$ 1.026,40	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



341	FIXADOR PARA RX ODONTOLÓGICO 475 ML	FR	50	R\$ 26,97	R\$ 1.348,50	SIM
342	FLUCONAZOL 150MG	UN	3000	R\$ 2,13	R\$ 6.390,00	SIM
343	FLUCONAZOL 150MG	UN	500	R\$ 1,33	R\$ 665,00	SIM
344	FLUMAZENIL 0,1MG/ML 5ML	NA	20	R\$ 22,06	R\$ 441,20	SIM
345	FLÚOR GEL, SABOR TUTTI FRUTTI - 200ML	FR	40	R\$ 10,40	R\$ 416,00	SIM
346	FLÚOR LIQUIDO P/ BOCHECO 500ML	FR	24	R\$ 21,99	R\$ 527,76	SIM
347	FLUOXETINA 20MG	UN	30000	R\$ 0,22	R\$ 6.600,00	SIM
348	FOLINATO DE CÁLCIO(ÁCIDO FOLINICO)15MG-CPR	UN	200	R\$ 4,32	R\$ 864,00	SIM
349	FORMOCRESOL	FR	4	R\$ 20,00	R\$ 80,00	SIM
350	FORMOL 37% 1LT	FR	6	R\$ 30,32	R\$ 181,92	SIM
351	FORMOTEROL (FUMARATO) + BUDESONIDA PÓ INALANTE (6MCG+200MCG)	FR	200	R\$ 249,46	R\$ 49.892,00	SIM
352	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G+ FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML 130 ML	FR	200	R\$ 16,21	R\$ 3.242,00	SIM
353	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG	UN	500	R\$ 25,85	R\$ 12.925,00	SIM
354	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL M- PCT/8	PCT	200	R\$ 13,86	R\$ 2.772,00	SIM 49
355	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL P- PCT/8	PCT	200	R\$ 11,25	R\$ 2.250,00	SIM
356	FRALDA GERIÁTRICA EXTRA G PCT/COM 8 UNI	PCT	200	R\$ 28,34	R\$ 5.668,00	SIM
357	FUROSEMIDA 10 MG/ML 2ML	UN	10000	R\$ 3,23	R\$ 32.300,00	SIM
358	FUROSEMIDA 40 MG-CPR	UN	50000	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00	SIM
359	GEL DE SILICONE 15 GR(SKIMATRIX GEL POMADA)	TUBO	7	R\$ 347,69	R\$ 2.433,83	SIM
360	GEL P/ULTRASONOGRAFIA 5L	LT	100	R\$ 57,22	R\$ 5.722,00	SIM
361	GENTAMICINA 80 MG/ML	NA	8000	R\$ 2,24	R\$ 17.920,00	SIM
362	GERMICIDA DESINFETANTE HOSPITALAR - 5L	UN	15	R\$ 211,15	R\$ 3.167,25	SIM
363	GLIBENCLAMIDA 5MG-CPR	UN	40000	R\$ 0,09	R\$ 3.600,00	SIM
364	GLICERINA LIQUIDA 1LTR	LT	50	R\$ 49,64	R\$ 2.482,00	SIM
365	GLICEROL 120MG/ML	AMP	2000	R\$ 14,62	R\$ 29.240,00	SIM
366	GLICLAZIDA 30MG-CPR	UN	10000	R\$ 0,48	R\$ 4.800,00	SIM
367	GLICLAZIDA 60MG-CPR LIBERAÇÃO CONTROLADA	UN	10000	R\$ 1,60	R\$ 16.000,00	SIM
368	GLICOSE 25% 10ML	AMP	5000	R\$ 2,03	R\$ 10.150,00	SIM
369	GLICOSE 50% 10ML	AMP	5000	R\$ 0,87	R\$ 4.350,00	SIM
370	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 10ML	AMP	600	R\$ 5,30	R\$ 3.180,00	SIM
371	GLUTARALDEÍDO 2% (LM GLUT) 5 LT	LT	20	R\$ 200,87	R\$ 4.017,40	SIM
372	GUACO(MIKANIA GLOMERATA SPRENG) 01ML/ML 120ML	FR	1000	R\$ 21,10	R\$ 21.100,00	SIM
373	H BACTER IBP C/7 CARTELAS + 28 CPS	CX	30	R\$ 509,06	R\$ 15.271,80	SIM
374	HALOPERIDOL DECANOATO DE SOLUÇÃO 50MG/ML	AMP	100	R\$ 24,03	R\$ 2.403,00	SIM
375	HALOPERIDOL 1MG	AMP	3000	R\$ 0,47	R\$ 1.410,00	SIM
376	HALOPERIDOL 2MG/ML	AMP	500	R\$ 10,27	R\$ 5.135,00	SIM
377	HALOPERIDOL 5MG	AMP	10000	R\$ 0,39	R\$ 3.900,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



378	HALOPERIDOL 5MG INJ	AMP	3000	R\$ 8,49	R\$ 25.470,00	SIM
379	HDMAX 200ML C/12 FR	FR	20	R\$ 353,79	R\$ 7.075,80	SIM
380	HEMOSPON	UN	50	R\$ 87,97	R\$ 4.398,50	SIM
381	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML SOL. 0,25ML SOL.INJ	AMP	100	R\$ 17,99	R\$ 1.799,00	SIM
382	HERMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	UN	4000	R\$ 0,39	R\$ 1.560,00	SIM
383	HIDRALAZINA 20MG/ML 1ML	AMP	1000	R\$ 13,51	R\$ 13.510,00	SIM
384	HIDRALAZINA 25MG	UN	20000	R\$ 1,31	R\$ 26.200,00	SIM
385	HIDRALAZINA 50MG	UN	10000	R\$ 2,47	R\$ 24.700,00	SIM
386	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG-CPR	UN	50000	R\$ 0,11	R\$ 5.500,00	SIM
387	HIDROCORTISONA 1%-CREME	TUBO	50	R\$ 16,38	R\$ 819,00	SIM
388	HIDROCORTISONA 100MG IM/IV	AMP	5000	R\$ 8,80	R\$ 44.000,00	SIM
389	HIDROCORTISONA 500MG IM/IV ;500MILIGRAMA	AMP	8000	R\$ 9,58	R\$ 76.640,00	NÃO
390	HIDROCORTISONA 500MG IM/IV	AMP	2000	R\$ 9,58	R\$ 19.160,00	SIM
391	HIDRÓX.MAGNÉSIO+HIDRÓXIDO AL 200+200MG- CPR MASTIGÁVEL	UN	300	R\$ 0,89	R\$ 267,00	SIM
392	HIDRÓX.MAGNÉSIO+HIDRÓXIDO DE AL 60+40MG/ML 100ML	FR	300	R\$ 14,07	R\$ 4.221,00	SIM
393	HIDRÓXIDO DE ALUMINIO 60 MG/ML 150ML	FR	3000	R\$ 16,41	R\$ 49.230,00	SIM
394	HIDRÓXIDO DE ALUMINIO 61,5MG FR	FR	1500	R\$ 38,02	R\$ 57.030,00	SIM
395	HIDRÓXIDO FERRICO III 5ML E . V	AMP	200	R\$ 42,07	R\$ 8.414,00	SIM
396	IBUPROFENO SUPENSÃO ORAL 20 MG/ML	FR	4700	R\$ 14,12	R\$ 66.364,00	SIM
397	IBUPROFENO 300MG-CPR	UN	20000	R\$ 0,35	R\$ 7.000,00	SIM
398	IBUPROFENO 600MG-CPR	UN	30000	R\$ 0,45	R\$ 13.500,00	SIM
399	IMIPRAMINA 25MG	UN	1500	R\$ 1,22	R\$ 1.830,00	SIM
400	INDAPAMIDA 1,5MG	UN	15000	R\$ 1,06	R\$ 15.900,00	SIM
401	INDAPAMIDA 2,5MG	UN	8000	R\$ 2,99	R\$ 23.920,00	SIM
402	IODOFÓRMIO 10G	FR	2	R\$ 45,17	R\$ 90,34	SIM
403	ISOSOURCE 1.5 KCA/ ML 1 LT SA .	CX	1000	R\$ 65,49	R\$ 65.490,00	SIM
404	ISOSSORBIDA MONONITRATO DE CPR SUBLINGUAL 5 MG	UN	3000	R\$ 0,70	R\$ 2.100,00	SIM
405	ISOSSORBIDA DINITRATODE COMPRIMIDO 10MG	UN	3000	R\$ 0,98	R\$ 2.940,00	SIM
406	ITRACONAZOL 100MG-CPR	UN	800	R\$ 2,78	R\$ 2.224,00	SIM
407	IVERMECTINA CPR 6 MG	UN	500	R\$ 2,80	R\$ 1.400,00	SIM
408	JACARÉ PARA APREENSÃO DE GUARDANAPOS	UN	8	R\$ 19,72	R\$ 157,76	SIM
409	JARDIANCE 25 MG C/ 30 CPR REV	CX	15	R\$ 550,83	R\$ 8.262,45	SIM
410	KIT DE IONÓMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA RESTAURAÇÃO (PÓ + LÍQUIDO)	UN	50	R\$ 170,49	R\$ 8.524,50	SIM
411	KIT COMPLETO DE POLIMENTO E ACABAMENTO DE RESINA	UN	6	R\$ 126,62	R\$ 759,72	SIM
412	KOLLAGENESE(COLAGENASE+CLORA FENICOL)30G	TUBO	1000	R\$ 28,45	R\$ 28.450,00	SIM
413	LAMINA MICROSCOPIA COM PONTA FOSCA C/100 UND	CX	100	R\$ 30,50	R\$ 3.050,00	SIM
414	LÂMINA DE BISTURI Nº 12 - CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	6	R\$ 66,87	R\$ 401,22	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



415	LÂMINA DE BISTURI Nº11 CX/100	CX	20	R\$ 59,08	R\$ 1.181,60	SIM
416	LÂMINA DE BISTURI Nº15 CX/100	CX	20	R\$ 59,08	R\$ 1.181,60	SIM
417	LÂMINA DE BISTURI Nº21CX/100	CX	20	R\$ 59,08	R\$ 1.181,60	SIM
418	LÂMINA DE BISTURI Nº23 CX/100	CX	20	R\$ 59,08	R\$ 1.181,60	SIM
419	LÂMINA DE BISTURI Nº24CX/100	CX	20	R\$ 59,08	R\$ 1.181,60	SIM
420	LAMOTRIGINA 100MG	UN	800	R\$ 1,46	R\$ 1.168,00	SIM
421	LATEX N.202	PCT	20	R\$ 18,24	R\$ 364,80	SIM
422	LATEX N.204	UN	30	R\$ 16,10	R\$ 483,00	SIM
423	LEVOFLOXACINO 500MG	UN	2000	R\$ 3,20	R\$ 6.400,00	SIM
424	LEVOMEPROMAZINA 4% 20ML	UN	50	R\$ 30,39	R\$ 1.519,50	SIM
425	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG-CPR	UN	5000	R\$ 0,52	R\$ 2.600,00	SIM
426	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG-CPR	UN	10000	R\$ 0,93	R\$ 9.300,00	SIM
427	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG-CPR	UN	30000	R\$ 0,59	R\$ 17.700,00	SIM
428	LIDOCAINA 10% 50 ML SPRAY	FR	30	R\$ 95,77	R\$ 2.873,10	SIM
429	LIDOCAINA 2% C/VASO 20ML	AMP	2000	R\$ 14,81	R\$ 29.620,00	SIM
430	LIDOCAINA 2% GEL	LT	3000	R\$ 14,16	R\$ 42.480,00	SIM
431	LIDOCAINA 5% + GLICOSE 7,5% 2ML	AMP	50	R\$ 4,74	R\$ 237,00	SIM
432	LIDOCAINA2% S/VASO 20ML	AMP	2000	R\$ 10,96	R\$ 21.920,00	SIM
433	LIP LESS 100 MG	UN	1000	R\$ 5,85	R\$ 5.850,00	SIM
434	LIVALO 4 MG	UN	1000	R\$ 7,55	R\$ 7.550,00	SIM
435	LOÇÃO ÓLEOSA AGE 100ML	LT	3000	R\$ 11,09	R\$ 33.270,00	SIM
436	LORATADINA 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL-FRASCO 100ML	FR	2000	R\$ 7,83	R\$ 15.660,00	SIM
437	LORATADINA 10MG-CPR	UN	20000	R\$ 0,17	R\$ 3.400,00	SIM
438	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG-CPR	UN	80000	R\$ 0,14	R\$ 11.200,00	SIM
439	LUVA NITRILICA PROCEDIMENTO M SEM PÓ C/ 100	CX	30	R\$ 52,89	R\$ 1.586,70	SIM
440	LUVA NITRILICA PROCEDIMENTO P SEM PÓ C/ 100	CX	30	R\$ 52,89	R\$ 1.586,70	SIM
441	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 6,5	UN	2000	R\$ 2,23	R\$ 4.460,00	SIM
442	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7.0	UN	2000	R\$ 2,41	R\$ 4.820,00	SIM
443	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 8,0	UN	1500	R\$ 3,37	R\$ 5.055,00	SIM
444	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 8,5	UN	1500	R\$ 3,37	R\$ 5.055,00	SIM
445	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL7,5	UN	1500	R\$ 2,76	R\$ 4.140,00	SIM
446	LUVA DE PROCEDIMEMTO M COM/100 UNIDADES	CX	3200	R\$ 24,82	R\$ 79.424,00	NÃO
447	LUVA DE PROCEDIMEMTO M C/100 UND	CX	800	R\$ 24,82	R\$ 19.856,00	SIM
448	LUVA DE PROCEDIMEMTO P C/100 UND	CX	3200	R\$ 24,82	R\$ 79.424,00	NÃO
449	LUVA DE PROCEDIMEMTO P COM/100 UNIDADES	CX	800	R\$ 24,82	R\$ 19.856,00	SIM
450	LUVA DE PROCEDIMENTO G C/100UND	CX	500	R\$ 24,82	R\$ 12.410,00	SIM
451	LUVA DE PROCEDIMENTO PP C/100UND	CX	500	R\$ 24,82	R\$ 12.410,00	SIM
452	MALEATO DE TIMOLOL 0,25% COLIRIO	NA	50	R\$ 25,64	R\$ 1.282,00	SIM
453	MALEATO DE TIMOLOL 0,50% COLIRIO	NA	50	R\$ 14,63	R\$ 731,50	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



454	MASCARA DESC.CIRÚRGICA DUPLA CAMADA BRANCA C/ ELÁSTICO C/50	CX	3000	R\$ 5,91	R\$ 17.730,00	SIM
455	MÁSCARA DE OXIGÊNIO COM RESERVATÓRIO ADULTO -KIT 10 UNIDADES	UN	30	R\$ 203,62	R\$ 6.108,60	SIM
456	MÁSCARA DE OXIGÊNIO COM RESERVATÓRIO INFANTIL -KIT 10 UNIDADES	UN	30	R\$ 203,62	R\$ 6.108,60	SIM
457	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO ADULTO	UN	80	R\$ 110,85	R\$ 8.868,00	SIM
458	MÁSCARA PARA NEBULIZAÇÃO INFANTIL	UN	80	R\$ 110,85	R\$ 8.868,00	SIM
459	MATRIZ 0,5MM	UN	50	R\$ 4,53	R\$ 226,50	SIM
460	MATRIZ 0,7 MM	UN	45	R\$ 4,62	R\$ 207,90	SIM
461	MEBENDAZOL 20MG/ML,SUSPENSÃO ORAL -FRASCO 30ML	FR	1000	R\$ 6,91	R\$ 6.910,00	SIM
462	MEBENDAZOL 100MG-CPR	UN	8000	R\$ 0,79	R\$ 6.320,00	SIM
463	MERFORMINA 850MG-CPR	UN	12000	R\$ 0,34	R\$ 4.080,00	SIM
464	METFORMINA 500MG-CPR	UN	50000	R\$ 0,33	R\$ 16.500,00	SIM
465	METFORMINA 850MG-CPR .	UN	50000	R\$ 0,34	R\$ 17.000,00	SIM
466	METILDOPA 250MG	UN	8000	R\$ 0,88	R\$ 7.040,00	SIM
467	METILDOPA 500 MG	UN	8000	R\$ 2,70	R\$ 21.600,00	SIM
468	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FR	300	R\$ 6,82	R\$ 2.046,00	SIM
469	METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML	AMP	8000	R\$ 2,13	R\$ 17.040,00	SIM
470	METOCLOPRAMIDA 10MG-CPR	UN	2000	R\$ 0,36	R\$ 720,00	SIM
471	METRONIDAZOL 400 MG - CPR	UN	3000	R\$ 0,78	R\$ 2.340,00	SIM
472	METRONIDAZOL 5MG/ML 100ML INJ.	UN	400	R\$ 10,80	R\$ 4.320,00	SIM
473	METRONIZADOL 200MG/5ML SUSPENSÃO ORAL-FRASCO 100ML	FR	1500	R\$ 15,29	R\$ 22.935,00	SIM
474	METRONIZADOL 500MG/5G,CREME VAGINAL-TUBO 50G	TUBO	1000	R\$ 28,79	R\$ 28.790,00	SIM
475	METRONIZADOL 250MG	UN	3000	R\$ 0,74	R\$ 2.220,00	SIM
476	METROPOLOL, SUCCINATO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA 50MG	UN	3000	R\$ 0,77	R\$ 2.310,00	SIM
477	METROPOLOL, TARTARATO 100MG	UN	1000	R\$ 3,75	R\$ 3.750,00	SIM
478	MIDAZOLAM 15 MG	UN	3000	R\$ 4,49	R\$ 13.470,00	SIM
479	MIDAZOLAM 50 MG/10ML	AMP	200	R\$ 11,77	R\$ 2.354,00	SIM
480	MIDAZOLAM 5MG/ML 3ML	AMP	3000	R\$ 5,00	R\$ 15.000,00	SIM
481	MIRTAZAPINA 30 MG C/ 28 CPR REV (RAZAPINA)	CX	15	R\$ 258,09	R\$ 3.871,35	SIM
482	MORDEDOR DE BORRACHA INFANTIL	UN	12	R\$ 14,60	R\$ 175,20	SIM
483	MORFINA(SULFATO DE) 10MG/ML	AMP	5000	R\$ 3,85	R\$ 19.250,00	SIM
484	MUPIROCINA 20MG/G	UN	400	R\$ 56,63	R\$ 22.652,00	SIM
485	NALOXANA 0,4MG/ML	AMP	200	R\$ 28,71	R\$ 5.742,00	SIM
486	NARATRIPTANA 2,5 MG	UN	1000	R\$ 6,07	R\$ 6.070,00	SIM
487	NEBILET 5 MG	UN	1000	R\$ 8,40	R\$ 8.400,00	SIM
488	NEOMICINA+BACTIRCINA POMADA	TUBO	3000	R\$ 5,46	R\$ 16.380,00	SIM
489	NEOSTIGMINA, METILSULFATO 0,5MG/ML	AMP	200	R\$ 4,31	R\$ 862,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



490	NIFEDIPINO CPS GELATINOSA 10 MG(LIBERAÇÃO RÁPIDA)	UN	300	R\$ 1,43	R\$ 429,00	SIM
491	NIFEDIPINO 10MG-CPR	UN	2000	R\$ 0,21	R\$ 420,00	SIM
492	NIFEDIPINO 20MG-CPR	UN	10000	R\$ 0,43	R\$ 4.300,00	SIM
493	NIMESULIDA 100MG	UN	20000	R\$ 0,23	R\$ 4.600,00	SIM
494	NISTATINA 100000UI/ML SUSPENSÃO ORAL-FRASCO 30ML	FR	200	R\$ 13,08	R\$ 2.616,00	SIM
495	NISTATINA 100.000UI/ 4G POMADA	TUBO	2000	R\$ 21,89	R\$ 43.780,00	SIM
496	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G CREME DEMARTO	TUBO	800	R\$ 18,40	R\$ 14.720,00	SIM
497	NITRATO DE MICONAZOL 2% GEL ORAL	TUBO	300	R\$ 93,34	R\$ 28.002,00	SIM
498	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G BISNAGA 80G CREME VAGINAL	TUBO	800	R\$ 20,09	R\$ 16.072,00	SIM
499	NITRAZEPAM 5MG	UN	100	R\$ 0,57	R\$ 57,00	SIM
500	NITROFUROSONA 500G-POMADA	TUBO	30	R\$ 10,74	R\$ 322,20	SIM
501	NITROPRUSSEATO DE SÓDIO 50MG	UN	30	R\$ 92,45	R\$ 2.773,50	SIM
502	NORFLOXACINA 400 MG	UN	1500	R\$ 1,31	R\$ 1.965,00	SIM
503	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25 MG	UN	10000	R\$ 0,59	R\$ 5.900,00	SIM
504	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL	UN	30	R\$ 14,52	R\$ 435,60	SIM
505	ÓLEO LUBRIFICANTE EM SPRAY PARA CANETAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO	FR	12	R\$ 16,59	R\$ 199,08	SIM
506	ÓLEO MINERAL FRASCO 100ML	LT	2000	R\$ 14,97	R\$ 29.940,00	SIM
507	OMEPRAZOL 20MG-CPR	UN	50000	R\$ 0,14	R\$ 7.000,00	SIM
508	OMEPRAZOL 40MG INJETAVEL COM DILUENTE.	AMP	4800	R\$ 16,17	R\$ 77.616,00	NÃO
509	OMEPRAZOL 40MG INJ COM DILUENTE	AMP	1200	R\$ 16,17	R\$ 19.404,00	SIM
510	ONDANSETRONA 4MG/2ML	AMP	5000	R\$ 4,30	R\$ 21.500,00	SIM
511	ONDANSETRONA 4MG-CPR	UN	3000	R\$ 2,77	R\$ 8.310,00	SIM
512	ONDANSETRONA 8MG-CPR	UN	5000	R\$ 2,77	R\$ 13.850,00	SIM
513	OXACILINA 500MG	UN	80	R\$ 10,03	R\$ 802,40	SIM
514	OXCARBAZEPINA 300MG	UN	200	R\$ 1,99	R\$ 398,00	SIM
515	OXCARBAZEPINA 6% SUSPENSÃO 100ML	FR	20	R\$ 91,22	R\$ 1.824,40	SIM
516	OXCARBAZEPINA 600MG	FR	150	R\$ 3,08	R\$ 462,00	SIM
517	OXITOCINA INJ. 5UI	AMP	1000	R\$ 8,34	R\$ 8.340,00	SIM
518	PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA 80MM X 30M	UN	300	R\$ 38,24	R\$ 11.472,00	SIM
519	PAPEL CREPADO PARA ESTERIZAÇÃO C/500 UND 60X60	CX	50	R\$ 775,32	R\$ 38.766,00	SIM
520	PAPEL SEMI KRAFT BOBINA 60CM 2KG PARDO EMBALAGEM	UN	6	R\$ 58,52	R\$ 351,12	SIM
521	PAPEL LENÇOL 50MX50CM COM 10 (DEZ)ROLOS.	RL	400	R\$ 200,53	R\$ 80.212,00	NÃO
522	PAPEL LENÇOL 50MX50CM C/ 10 ROLOS	RL	100	R\$ 200,53	R\$ 20.053,00	SIM
523	PARACETAMOL 10MG/ML EV INJ)INJETAVEL	UN	5000	R\$ 7,82	R\$ 39.100,00	SIM
524	PARACETAMOL 200MG/ML- FRASCO/GOTAS 15ML	FR	5000	R\$ 5,92	R\$ 29.600,00	SIM
525	PARACETAMOL 500MG-CPR	UN	30000	R\$ 0,39	R\$ 11.700,00	SIM
526	PARACETAMOL+FOSFATO DE CODEINA 500MG+30MG	UN	3000	R\$ 1,09	R\$ 3.270,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



527	PASTA DIAMENTADA PARA ACABAMENTO	UN	48	R\$ 14,45	R\$ 693,60	SIM
528	PASTA PROFILÁTICA	UN	50	R\$ 8,98	R\$ 449,00	SIM
529	PEDRA POMES	FR	8	R\$ 6,67	R\$ 53,36	SIM
530	PELÍCULA P/ RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA ADULTO CX C/150	UN	50	R\$ 456,86	R\$ 22.843,00	SIM
531	PELÍCULA PARA RADIOGRAFIA ODONTOLÓGICA INFANTIL CX C/ 100	UN	50	R\$ 416,58	R\$ 20.829,00	SIM
532	PHOSFOENEMA 130ML	UN	200	R\$ 31,13	R\$ 6.226,00	SIM
533	PICBAM 2,5 MG C / 60 CPR REV (APIXABANA) .	CX	15	R\$ 428,93	R\$ 6.433,95	SIM
534	POLIHEXAM LÍQUIDO SOLUÇÃO PHMB 0,1% HELIANTO	FR	20	R\$ 248,21	R\$ 4.964,20	SIM
535	POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS(VIT A 5000N UI,VIT B1 1,5MG,VIT B2 1,7 MG,VIT B 12 6MCG,VIT D3 400 UI CALCÍO 162MG,MG 100MG.ZN 15MG	UN	1000	R\$ 56,26	R\$ 56.260,00	SIM
536	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO - KIT (ADULTO)	UN	8	R\$ 101,22	R\$ 809,76	SIM
537	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO - KIT (INFANTIL)	UN	8	R\$ 112,31	R\$ 898,48	SIM
538	PREDNISONA 20MG-CPR	UN	20000	R\$ 0,47	R\$ 9.400,00	SIM
539	PREGABALINA 75MG	NA	2000	R\$ 0,87	R\$ 1.740,00	SIM
540	PRENDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL-FRASCO 100ML	FR	800	R\$ 30,68	R\$ 24.544,00	SIM
541	PRENDNISOLONA 1MG/ML, SOLUÇÃO ORAL-FRASCO 100ML	FR	800	R\$ 44,77	R\$ 35.816,00	SIM
542	PREDNISONA 5MG-CPR	UN	8000	R\$ 0,41	R\$ 3.280,00	SIM
543	PRESERVATIVO SEM LUBRIFICANTE CX. 144 UND	CX	50	R\$ 89,07	R\$ 4.453,50	SIM
544	PRESERVATIVO COM LUBRIFICANTE CAIXA. 144 UNIDADES	CX	800	R\$ 117,71	R\$ 94.168,00	NÃO
545	PRESERVATIVO COM LUBRIFICANTE CX. 144 UND	CX	200	R\$ 117,71	R\$ 23.542,00	SIM
546	PROMETAZINA 25MG	UN	4000	R\$ 0,47	R\$ 1.880,00	SIM
547	PROMETAZINA 25MG INJ	UN	4000	R\$ 5,66	R\$ 22.640,00	SIM
548	PROMETAZINA 50MG INJ	AMP	4000	R\$ 4,13	R\$ 16.520,00	SIM
549	PROPANOLOL 40MG-CPR	UN	30000	R\$ 0,22	R\$ 6.600,00	SIM
550	PROPATILNITRATO 10MG	UN	3000	R\$ 1,00	R\$ 3.000,00	SIM
551	PROPATILNITRATO 10MG INJ SUSTRATE	AMP	80	R\$ 1,00	R\$ 80,00	SIM
552	PROPÉ DESCARTAVÉL COM 100	PCT	50	R\$ 23,13	R\$ 1.156,50	SIM
553	PROPOFOL 10MG/ML 20ML	NA	20	R\$ 19,58	R\$ 391,60	SIM
554	PVPI DERGERMANTE 1000 ML	LT	100	R\$ 84,74	R\$ 8.474,00	SIM
555	PVPI TÓPICO 1000ML	LT	100	R\$ 84,74	R\$ 8.474,00	SIM
556	PYLORIPAC C/10 BLISTERS	CX	30	R\$ 607,61	R\$ 18.228,30	SIM
557	QUETIAPINA 100MG	UN	2000	R\$ 1,66	R\$ 3.320,00	SIM
558	QUETIAPINA 200MG	UN	1000	R\$ 3,66	R\$ 3.660,00	SIM
559	QUETIAPINA 25MG	UN	5000	R\$ 0,47	R\$ 2.350,00	SIM
560	RAMIPRIL 5MG+BESILATO DE ANLODIPINO 5MG	NA	1000	R\$ 3,29	R\$ 3.290,00	SIM
561	REVELADOR PARA RX ODONTOLÓGICO 475 ML	FR	48	R\$ 27,73	R\$ 1.331,04	SIM
562	RISPERIDONA 1MG	UN	3000	R\$ 0,24	R\$ 720,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



563	RISPERIDONA 1MG/ML SOL ORAL - 30 ML/G	UN	100	R\$ 92,11	R\$ 9.211,00	SIM
564	RISPERIDONA 2MG	NA	3000	R\$ 0,79	R\$ 2.370,00	SIM
565	RITALINA 10MG	NA	500	R\$ 2,38	R\$ 1.190,00	SIM
566	ROLETE DE ALGODÃO	UN	400	R\$ 4,22	R\$ 1.688,00	SIM
567	ROLO PARA ESTERELIZAÇÃO 300MMX 100M	UN	10	R\$ 287,85	R\$ 2.878,50	SIM
568	ROLO PAPEL PLÁSTICO TUBULAR P/ AUTOCLAVE - TAMANHO: 20CM X 100M	RL	100	R\$ 245,34	R\$ 24.534,00	SIM
569	ROLO PAPEL PLÁSTICO TUBULAR P/ AUTOCLAVE - TAMANHO: 5CM X 100M	RL	100	R\$ 57,99	R\$ 5.799,00	SIM
570	ROSUVASTAINA CÁLCIA 20MG	UN	800	R\$ 0,56	R\$ 448,00	SIM
571	SACA BROCA	UN	10	R\$ 75,87	R\$ 758,70	SIM
572	SACCHAROMYCES SP 200MG	UN	2000	R\$ 5,45	R\$ 10.900,00	SIM
573	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL 27,9G PÓ ENVELOPE	NA	15000	R\$ 2,18	R\$ 32.700,00	SIM
574	SALBUTAMOL 2MG/5ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100ML	FR	500	R\$ 15,48	R\$ 7.740,00	SIM
575	SALBUTAMOL SULFATO DE AEROSOL 100UG/DOSE	FR	30	R\$ 32,98	R\$ 989,40	SIM
576	SCALP N 21G	UN	4500	R\$ 0,39	R\$ 1.755,00	SIM
577	SCALP N 23G	UN	6000	R\$ 0,39	R\$ 2.340,00	SIM
578	SCALP N 27G	UN	3000	R\$ 0,44	R\$ 1.320,00	SIM
579	SCALP N25G	UN	5500	R\$ 0,44	R\$ 2.420,00	SIM
580	SERINGA HIPORDÊMICA DESC.05ML C/AG.25X8	UN	20000	R\$ 1,27	R\$ 25.400,00	SIM
581	SERINGA HIPORDÊMICA DESC.05ML S/AG	UN	20000	R\$ 0,36	R\$ 7.200,00	SIM
582	SERINGA HIPORDÊMICA DESC.100UI C/AG.13X3.8	UN	20000	R\$ 1,12	R\$ 22.400,00	SIM
583	SERINGA HIPORDÊMICA DESC.10ML C/AG.25X7	UN	20000	R\$ 0,67	R\$ 13.400,00	SIM
584	SERINGA HIPORDÊMICA DESC.20ML C/AG. 25X8	UN	30000	R\$ 1,70	R\$ 51.000,00	SIM
585	SERINGA HIPORDÊMICA DESC. 10ML S/AG	UN	2000	R\$ 0,51	R\$ 1.020,00	SIM
586	SERINGA HIPORDÊMICA DESC. 20ML S/AG	UN	20000	R\$ 0,82	R\$ 16.400,00	SIM
587	SERINGA DESC. 1ML C/AG.13X4,5	UN	20000	R\$ 0,36	R\$ 7.200,00	SIM
588	SERINGA HIPORDÊMICA DESC.3ML C/AG. 25X7	UN	30000	R\$ 0,35	R\$ 10.500,00	SIM
589	SIMETICONA 75MG/ML	FR	1000	R\$ 5,74	R\$ 5.740,00	SIM
590	SINVASTATINA 20MG-CPR	UN	50000	R\$ 0,26	R\$ 13.000,00	SIM
591	SINVASTATINA 40MG-CPR	UN	40000	R\$ 0,44	R\$ 17.600,00	SIM
592	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA 10 ML	FR	10	R\$ 37,88	R\$ 378,80	SIM
593	SONDA FOLEY Nº 16-02 VIAS	UN	500	R\$ 7,41	R\$ 3.705,00	SIM
594	SONDA FOLEY Nº 18-02 VIAS	UN	500	R\$ 7,41	R\$ 3.705,00	SIM
595	SONDA FOLEY Nº 18-03 VIAS	UN	500	R\$ 7,41	R\$ 3.705,00	SIM
596	SONDA FOLEY Nº 20-03 VIAS	UN	500	R\$ 16,03	R\$ 8.015,00	SIM
597	SONDA FOLEY Nº12-02 VIAS	UN	500	R\$ 7,41	R\$ 3.705,00	SIM
598	SONDA FOLEY Nº14-02 VIAS	UN	500	R\$ 7,41	R\$ 3.705,00	SIM
599	SONDA FOLEY Nº20-02 VIAS	UN	500	R\$ 7,41	R\$ 3.705,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



600	SONDA FOLEY Nº22-02 VIAS	UN	500	R\$ 7,41	R\$ 3.705,00	SIM
601	SONDA FOLEY Nº22-03 VIAS	UN	500	R\$ 16,03	R\$ 8.015,00	SIM
602	SONDA FOLEY Nº24-03 VIAS	UN	500	R\$ 16,03	R\$ 8.015,00	SIM
603	SONDA NASOENTEREAL N12	UN	50	R\$ 20,37	R\$ 1.018,50	SIM
604	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº06	UN	3000	R\$ 1,35	R\$ 4.050,00	SIM
605	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº08	UN	3000	R\$ 1,35	R\$ 4.050,00	SIM
606	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº14	UN	3000	R\$ 1,35	R\$ 4.050,00	SIM
607	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº16	UN	3000	R\$ 1,69	R\$ 5.070,00	SIM
608	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº18	UN	3000	R\$ 1,69	R\$ 5.070,00	SIM
609	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº20	UN	3000	R\$ 1,69	R\$ 5.070,00	SIM
610	SONDA URETRAL DE ALIVION Nº10	UN	3000	R\$ 1,35	R\$ 4.050,00	SIM
611	SONDA URETRAL DE ALIVION Nº12	UN	3000	R\$ 1,35	R\$ 4.050,00	SIM
612	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML- FECHADO	UN	20000	R\$ 6,99	R\$ 139.800,00	NÃO
613	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML- SISTEMA FECHADO	UN	5000	R\$ 6,99	R\$ 34.950,00	SIM
614	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML- FECHADO	UN	12800	R\$ 14,06	R\$ 179.968,00	SIM
615	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML- SISTEMA FECHADO	UN	3200	R\$ 14,06	R\$ 44.992,00	sim 56
616	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML- FECHADO	UN	6400	R\$ 14,35	R\$ 91.840,00	não
617	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML- SISTEMA FECHADO	UN	1600	R\$ 14,35	R\$ 22.960,00	sim
618	SORO GLICOFISIOLÓGICO 5% 500ML -SISTEMA FECHADO	UN	2000	R\$ 12,95	R\$ 25.900,00	sim
619	SORO MANITOL 20% 250ML SISTEMA FECHADO	UN	1000	R\$ 19,16	R\$ 19.160,00	SIM
620	SORO GLICOSADO 5% 250ML- SISTEMA FECHADO	UN	2000	R\$ 8,19	R\$ 16.380,00	sim
621	SORO GLICOSADO 5% 500ML- SISTEMA FECHADO	UN	2000	R\$ 17,04	R\$ 34.080,00	SIM
622	SORO FISIOLÓGICO 0,9%250ML- FECHADO	UN	24000	R\$ 8,34	R\$ 200.160,00	não
623	SORO FISIOLÓGICO 0,9%250ML- SISTEMA FECHADO	UN	6000	R\$ 8,34	R\$ 50.040,00	sim
624	SORO FISIOLÓGICO 10ML AMPOLA C/ 200UN	CX	100	R\$ 1,17	R\$ 117,00	SIM
625	SORO FISIOLÓGICO 250ML	FR	250	R\$ 6,29	R\$ 1.572,50	SIM
626	SORO RINGER LACTATO 500ML SISTEMA FECHADO	UN	3000	R\$ 20,67	R\$ 62.010,00	SIM
627	SORO RINGER SIMPLES 500ML SISTEMA FECHADO	UN	3000	R\$ 9,70	R\$ 29.100,00	SIM
628	SUCCINATO DE COLINA 10 MG INJ	UN	100	R\$ 11,58	R\$ 1.158,00	SIM
629	SUGADOR - PACOTE COM 40 UNIDADES	CX	500	R\$ 17,90	R\$ 8.950,00	SIM
630	SUGADOR CIRÚRGICO DESCARTAVEIS -- MAQUIRA, INDUSBELLO,	CX	100	R\$ 51,50	R\$ 5.150,00	SIM
631	SULFADIAZINA DE PRATA 1% -400G	NA	150	R\$ 91,89	R\$ 13.783,50	SIM
632	SULFAMETOXAZOL +TRIM 200+40MG/5ML S ORAL-100ML	FR	1000	R\$ 10,98	R\$ 10.980,00	SIM
633	SULFAMETOXAZOL +TRIM 400+80MG- CPR	UN	15000	R\$ 0,47	R\$ 7.050,00	SIM
634	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL	FR	300	R\$ 3,38	R\$ 1.014,00	SIM
635	SULFATO DE GLICOSAMIDA 1,5 MG	UN	250	R\$ 5,73	R\$ 1.432,50	SIM
636	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10ML	NA	300	R\$ 14,99	R\$ 4.497,00	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



637	SULFATO FERROSO 40MG	UN	20000	R\$ 0,09	R\$ 1.800,00	SIM
638	SUXAMETONIO 100MG(PÓ INJ)	AMP	15	R\$ 62,11	R\$ 931,65	SIM
639	TAÇA DE BORRACHA	UN	30	R\$ 2,16	R\$ 64,80	SIM
640	TAZOCIN 2,25G	AMP	30	R\$ 188,97	R\$ 5.669,10	SIM
641	TENOXICAN 20MG INJ	AMP	2000	R\$ 14,19	28380	SIM
642	TENOXICAN 40MG INJ	AMP	1500	R\$ 19,17	R\$ 28.755,00	SIM
643	TERMÔMETRO DIGITAL MEDIDOR DE TEMPERATURA E UMIDADE(INTERNO E EXTERNO/ MÁXIMA E MÍNINA) COM HIGRÔMETRO	UN	10	R\$ 176,34	R\$ 1.763,40	SIM
644	TERMÔMETRO INFRAVERMELHO DA TESTA LCD VISOR DE CRISTAL	UN	10	R\$ 341,21	R\$ 3.412,10	SIM
645	TERMÔMETRO DIGITAL COM TEMPERATURA MÁXIMA E MÍNINA COM CABO, SENSOR EXTERNO E ALARME	UN	10	R\$ 176,34	R\$ 1.763,40	SIM
646	TIAMINA 100MG/ SOL INJ 1ML	AMP	400	R\$ 21,93	R\$ 8.772,00	SIM
647	TIAMINA 300MG	AMP	3000	R\$ 0,61	R\$ 1.830,00	SIM
648	TOPIRAMATO 100MG	UN	2000	R\$ 1,69	R\$ 3.380,00	SIM
649	TOPIRAMATO 25MG	UN	3000	R\$ 0,47	R\$ 1.410,00	SIM
650	TORAGESIC 10MG	UN	1500	R\$ 8,08	R\$ 12.120,00	SIM
651	TOUCA DESCARTÁVEL C/ELÁSTICO C/100	PCT	100	R\$ 18,24	R\$ 1.824,00	SIM
652	TRAMADOL 50MG	AMP	10000	R\$ 0,94	R\$ 9.400,00	SIM
653	TRIANCINOLONA ACETONIDA 1MG/G	UN	30	R\$ 15,74	R\$ 472,20	SIM
654	TROPHIC 1.5 NUTRICAÇÃO ENTERAL ORAL 01 LT .	CX	800	R\$ 66,51	R\$ 53.208,00	SIM
655	TUBETE PORTA LÂMINA P/3 LÂMINA	UN	1000	R\$ 2,08	R\$ 2.080,00	SIM
656	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,0 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
657	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,5 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
658	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,0 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
659	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,5 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
660	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,0 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
661	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,5 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
662	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,0 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
663	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,5 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
664	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
665	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,5 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
666	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,0 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
667	TUBO ENDOTRAQUEAL 7,5 COM BALÃO	UN	60	R\$ 9,63	R\$ 577,80	SIM
668	VANCOMICINA 500MG PÓ/SOL INJ	AMP	100	R\$ 11,87	R\$ 1.187,00	SIM
669	VARFARINA 5MG	UN	1000	R\$ 0,44	R\$ 440,00	SIM
670	VASELINA LIQUIDA 1LT	LT	20	R\$ 73,96	R\$ 1.479,20	SIM
671	VASELINA SÓLIDA 500G	UN	4	R\$ 82,53	R\$ 330,12	SIM



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



672	VERAPAMIL 120MG	UN	2000	R\$	5,95	R\$ 11.900,00	SIM
673	VERAPAMIL 80MG	UN	10000	R\$	0,67	R\$ 6.700,00	SIM
674	VITAMINA K 10 MG/ML	UN	1500	R\$	10,63	R\$ 15.945,00	SIM
675	XARELTO 20MG	UN	1000	R\$	20,93	R\$ 20.930,00	SIM

R\$
9.209.310,89

Valor total estimado: **R\$ 9.209,89 (nove milhões duzentos e nove mil trezentos e dez reais e oitenta e nove centavos)**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 141 de 20 de dezembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de um (01) ano contado da sua subscrição, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

58

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar.

1.1. 1.5. **O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.**

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.2. 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.3. 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

1.4. 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividades relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipais, Estaduais e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



- 4.2. Como trata-se também de aquisição de medicamentos injetáveis, será exigido o comprovante de registro do medicamento na ANVISA, de acordo com a Lei nº 6.360/76 e portaria conjunta nº 1/96 ANVISA.
- 4.3. Os licitantes, na Descrição Detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:
- 4.3.1. Especificações técnicas;
- 4.3.2. Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;
- 4.3.3. Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;
- 4.3.4. Origem (nacional ou estrangeiro).
- 4.4. Número de registro ou declaração de isenção de registro dos materiais, no Ministério da Saúde/ANVISA, dentro do prazo de validade.
- 4.5. Na proposta a ser enviada pelo licitante, a comprovação dos registros dos medicamentos/materiais de saúde ou da declaração da isenção do registro deverá ser efetuada através de: Cópia da Publicação no D.O.U. – Diário Oficial da União; ou Cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional da Vigilância Sanitária; ou Cópia da Declaração de notificação da Vigilância Sanitária.
- 4.6. Ficará a cargo do proponente, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.
- 4.7. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, direta ou indiretas, decorrentes de qualquer custo adicionais para a entrega do objeto.
- 4.8. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega definitiva do objeto da aquisição no lugar, data e hora estabelecidos no Termo de Referência.
- 4.9. A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis ao fornecimento do objeto, não arcando Administração Municipal com qualquer ônus em caso de acidente.
- 4.10. A CONTRATADA deverá responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- 4.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



- 4.12. Deverá comunicar a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- 4.13. A CONTRATADA deverá comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 4.14. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 4.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.16. **O contrato deverá ter vigência de um (01) ano, podendo ser prorrogado sucessivamente, por se tratar de fornecimento contínuo de bens (art. 106 da Lei nº14.133/2021), respeitada a vigência máxima decenal.**
- 4.17. Os produtos deverão ter prazo de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da entrega e aceitação definitiva pela fiscalização.
- 4.18. A aquisição será efetuada de forma gradativa, de modo a adequar-se à demanda dos setores requisitantes e seus órgãos. A aquisição gradativa permitirá para a Administração Municipal execução financeira mais eficiente.
- 4.19. Cumprir fielmente todos os prazos definidos no Termo de Referência e no Edital.
- 4.20. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

60

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de entrega dos bens deverá ser realizado em até **dez (10) dias**, contados a partir do recebimento da nota de empenho. Se houver dificuldade no cumprimento do prazo, a empresa deverá emitir, por escrito, esclarecendo a dificuldade de encontrar a medicação ou material, e esta dependerá de previa e expressa aprovação, também por escrito, da CONTRATANTE;
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:
- 5.2.1. Av. Olegário Santana, s/nº - Centro – Vila Boa-GO – CEP 73.825-000.
- 5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 5.4. Os medicamentos / produtos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros equipos, para aplicação, transferência ou infusão quando for o caso;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



- 5.5. No caso de soros parenterais de grande volume o produto deve atender a Portaria nº 17, de 16 de abril de 2010;
- 5.6. Todos os produtos deverão ser entregues em embalagens íntegras, onde constem a data de fabricação e validade dos produtos, sendo que não serão recebidos produtos em embalagem violada (furadas, rasgadas, amassadas);
- 5.7. A Contratada deverá comunicar a contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.8. Quando constatada irregularidade nos objetos da entrega, a Instituição efetuará a devolução das mercadorias, sendo a empresa fornecedora obrigada a retirar o objeto recusado e repor por produto adequado;
- 5.9. Os materiais deverão conter em suas embalagens: número de lote, data de validade e nome comercial;
- 5.10. Transportar os materiais obedecendo os critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e quando for o caso, esterilidade dos mesmos.

61

6 – GESTÃO DO CONTRATO

- 1.5. 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Município de Vila Boa/GO poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal técnico do contrato deve comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

62

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



6.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**.

6.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

63

7 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (Dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, comunicando-se à



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. O prazo de validade;
- b. A data da emissão;
- c. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. O período respectivo de execução do contrato;
- e. O valor a pagar; e
- f. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Deverá verificar também o direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

7.11.1. Essa verificação tem por fim apurar:

- a. A origem e o objeto do que se deve pagar;
- b. A importância exata a pagar;
- c. A quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.14. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do Município de Vila Boa/ GO, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

65

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao **Município de Vila Boa/GO**.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

1.6. **7.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:**

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 067 de 21/12/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea “a” do caput de outras sanções previstas neste decreto.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão deste artigo.

Art. 5º - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

Art. 6º - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



Parágrafo único - Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação, calculado conforme regulamento municipal.

Art. 7º - O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - desconto do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DUAM); ou

IV - cobrado judicialmente.

Art. 8º - Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena - impedimento pelo período de até dois anos.

II - dar causa à inexecução total do contrato:

Pena - impedimento pelo período de até três anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento pelo período de até dois meses.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena - impedimento pelo período de até um ano.

Art. 9º - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

Pena – até quatro anos.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena – até seis anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena – até seis anos.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena – até cinco anos.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena – até seis anos.

Parágrafo único - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º deste decreto, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Art. 10 - A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

Art. 11 - O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

§ 1º - Não se aplica a regra prevista no caput se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

§ 2º - O disposto no caput desse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

Art. 12 - Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

§ 1º - São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência.

V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no art. 11 deste decreto.

§ 2º - Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

§ 3º - Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

§ 4º - São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

§ 5º - Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal nº 67 de 21 de Dezembro de 2023.

9 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1.7. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma, **ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO**, com adjudicação **POR ITEM**, com **REGISTRO DE PREÇOS**.

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1 Habilitação jurídica:

a. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



b. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

71

f. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2 Habilitação fiscal e trabalhista:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do

Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo a sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

72

9.2.3 Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.2.4 Qualificação Técnica:

9.2.4.1 O licitante deverá comprovar o **Certificado do Registro do material na ANVISA ou comprovação da sua revalidação ou a comprovação de sua isenção**. A comprovação do registro, da revalidação ou de sua dispensa dar-se-á por meio de:

a) Publicação no D.O.U (item 7, parte 3, do Regulamento Técnico anexo à RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001) ou cópia emitida eletronicamente, através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou ainda, indicação do número de registro do produto junto à ANVISA, possibilitando a consulta ao site oficial da agência;

b) Comprovação da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia de registro vencida, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida e não apreciada nos termos e condições previstas nos §§ 1º e 6º do Art. 12º da Lei nº 6.360, de 23 de dezembro de 1976, §§ 2º e 3º do Art. 8º do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, c/c RDCs nº 185, de 22 de outubro de 2001, nº 211, de janeiro de 2018, e nº 212, de 22 janeiro de 2018;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



c) Para os produtos isentos de registro na ANVISA, a licitante deverá comprovar essa isenção através de:

- Documento ou informe do site da ANVISA, desde que contenha data e hora da consulta, informando que o objeto por ela ofertado é isento de registro;
- Ou Resolução da Diretoria Colegiada – RDC, que comprove a isenção do objeto ofertado.
- A não apresentação do registro, da sua isenção ou da comprovação do pedido de revalidação implicará desclassificação da proposta sobre o item colocado.

8.2.4.2 O licitante deverá apresentar **Alvará Sanitário Vigente**, expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária estadual ou municipal da sede do licitante.

a) Estando o Alvará Sanitário vencido, deverá ser comprovada a solicitação de renovação junto ao respectivo órgão de vigilância.

b) Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que solicitado anteriormente à data de vencimento do referido documento.

c) Ficará a cargo da empresa interessada provar que o produto objeto da contratação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

9.2.4.3 O licitante deverá apresentar a **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)**, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA), nos termos e condições previstas na RDC nº 16, de 01 abril de 2014. Quanto à validade, no Art. 99º da Lei nº 13.043/2014 extinguiu a obrigatoriedade de renovação anual de Autorização de Funcionamento e Autorização Especial junto à ANVISA para todas as empresas (fabricantes, distribuidoras, importadoras, farmácias, drogarias etc., inclusive as que atuam em portos, aeroportos e fronteiras), ou indicar o número da Autorização, possibilitando a consulta ao site oficial da agência.

9.2.4.4 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

892.4.5 Certificado de Regularidade da empresa, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia do domicílio ou sede da empresa licitante.

10 – ESTIMATIVA DO PREÇO



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



1.8. 10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 9.209,89 (nove milhões duzentos e nove mil trezentos e dez reais e oitenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos no quadro em anexo.

1.9. 10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3 .Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):10.

10.4. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.3 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Fundo municipal de saúde
13.11.10.301.0005.2034-33.90.3000
13.11.10.302.0005.2035.33.90.3000

Vila Boa/GO, 15 de maio de 2024.

ELIELSON BORGES ALVES
Secretário Municipal de Saúde



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL FINAL - (LICITANTE VENCEDOR)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE: (NOME – CARGO - CARTEIRA DE IDENTIDADE – CPF)

ENDEREÇO e TELEFONE:

DADOS BANCARIOS: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

75

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

MARCA E MODELO

Deverá constar na proposta a marca do item a ser fornecido.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

**ANEXO III
MUNTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA-GOIÁS**, , cadastrado no CNPJ sob o 37.388.378/0001-14, com sede administrativa na Rua Antônio Costa, QD 35, Jardim Nova Aurora, CEP: 73825-000 Vila Boa - GO, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Rubens Francisco Lopes**, agente político, portador da cédula de identidade de nº 2019722 SSP-GO, e CPF: 469.704.631-87, residente e domiciliado á Rua Sabino Leite, nº 220, centro, Vila Boa - GO, CEP: 73.825-000;, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 006/2024**, processo administrativo nº xxx/2024, registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº xxx/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

76

12 DO OBJETO

a. A presente Ata tem por objeto o **REGISTROS DE PREÇO** - para futuras aquisições de aquisição de insumos médico hospitalares e medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal e Farmácia Básica, para a Secretaria Municipal de saúde de Vila Boa-GO a ser efetuado na sede do Município, do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM**, conforme Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 006/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

13 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

b. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ/MF:
ENDEREÇO:
CONTATO:
E-MAIL:
REPRESENTANTE:
RG:



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



CPF:						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

c. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

14 ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

d. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

e. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

77

15 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

f. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.4. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3.1 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4.2. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

g. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

h. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

i. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

j. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7

k. A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora da União, Estados e Distrito Federal por órgãos e entidades da Administração municipal deverá ser comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

l. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

m. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



- n. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- o. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- p. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- i. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
 - ii. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - b) Mantiverem sua proposta original.
 - iii. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- q. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- r. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- s. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- i. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
 - ii. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- t. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- u. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- v. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item s,



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

- w. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2, “a”, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- i. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - ii. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- x. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

80

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- y. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- i. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - ii. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - iii. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- z. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- i. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- ii. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- iii. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- iv. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- aa. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- i. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- ii. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item hh, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- iii. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- iv. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



v. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item aa e no item i, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

VI O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

bb. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

cc. O remanejamento somente poderá ser feito:

- i. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- ii. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

dd. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

ee. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

ff. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

gg. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item dd, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

hh. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ii. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

9.2.1 For liberado.

9.2.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável.

9.2.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

9.2.4 Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n. 14.133/21.

9.2.5 Não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.3.1 Pelo decurso do prazo de vigência.

9.3.2 Pelo cancelamento de todos os preços registrados.

9.3.3 Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

9.3.4 Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.4 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4.1 O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

10 DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 067 de 21/12/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea “a” do caput de outras sanções previstas neste decreto.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão deste artigo.

Art. 5º - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

Art. 6º - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



Parágrafo único - Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação, calculado conforme regulamento municipal.

Art. 7º - O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - desconto do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DUAM); ou

IV - cobrado judicialmente.

Art. 8º - Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena - impedimento pelo período de até dois anos.

II - dar causa à inexecução total do contrato:

Pena - impedimento pelo período de até três anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento pelo período de até dois meses.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena - impedimento pelo período de até um ano.

Art. 9º - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

Pena – até quatro anos.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena – até seis anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena – até seis anos.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena – até cinco anos.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena – até seis anos.

Parágrafo único - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º deste decreto, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Art. 10 - A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

Art. 11 - O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

§ 1º - Não se aplica a regra prevista no caput se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

§ 2º - O disposto no caput desse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

Art. 12 - Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

§ 1º - São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência.

V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no art. 11 deste decreto.

§ 2º - Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

§ 3º - Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

§ 4º - São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

§ 5º - Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal nº 67 de 21 de Dezembro de 2023.

CONDIÇÕES GERAIS

10.3 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.4 *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

VILA BOA-GO, __ de _____ de _____.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal (is) do (s) fornecedor (s)
registrado (s)

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

DOS CONTRATANTES: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº _____, com sede administrativa na _____, neste ato representado pelo seu Gestor Senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, localizada na _____, CEP: _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portador do CPF: _____; doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, que assinam o presente termo de contrato na forma e condições abaixo especificadas:

88

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Projeto Básico;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ____, contados da data de assinatura, podendo ocorrer prorrogações sucessivas nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

89

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

3.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº ____, art. 22, VI);

3.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº ____, art. 22, II);



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



3.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº ____, art. 22, III);

3.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº ____, art. 22, IV).

3.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº ____, art. 22, V).

3.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº ____, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

3.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Municipal nº ____).

3.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº ____, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

3.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº ____, art. 21, IV).

3.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº ____, art. 21, II).

3.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº ____ art. 21, III).

3.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº ____, art. 21, VIII).

3.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº ____, art. 21, X).

3.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº ____, art. 21, VI).

3.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, e caso permitido, o contratado poderá em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite admitido de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, priorizando a subcontratação de microempresa e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, II da LC 123/2006.
- 4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ()
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

91

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
 - 7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base na IN 009/2023-TCM/GO.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
 - 7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; 92

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de dez dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de dez dias úteis.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do [art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto de forma mensal, quando for o caso:

- a) "ART de execução;
- b) Documentação comprobatória da disponibilização de mão-de-obra envolvida nos serviços (GFIP, contracheques, RAIS, etc.);



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



8.1.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos,, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.1.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral do Município, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



- Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 9.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 9.38. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

95

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá- los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

96

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade Concorrência Pública, em valor correspondente a 5% do valor total do contrato.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% do valor total do contrato.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 12.5 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.6, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. Poderá ser apresentada mediante título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;

11.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 067 de 21/12/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea “a” do caput de outras sanções previstas neste decreto.

§ 2º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão deste artigo.

Art. 5º - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

Art. 6º - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

Parágrafo único - Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação, calculado conforme regulamento municipal.

Art. 7º - O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DUAM); ou

IV - cobrado judicialmente.

Art. 8º - Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena - impedimento pelo período de até dois anos.

II - dar causa à inexecução total do contrato:

Pena - impedimento pelo período de até três anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento pelo período de até dois meses.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena - impedimento pelo período de até um ano.

Art. 9º - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

Pena – até quatro anos.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena – até seis anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena – até seis anos.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena – até cinco anos.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena – até seis anos.

Parágrafo único - Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º deste decreto, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

100

Art. 10 - A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

Art. 11 - O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

§ 1º - Não se aplica a regra prevista no caput se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

§ 2º - O disposto no caput desse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

Art. 12 - Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



§ 1º - São circunstâncias agravantes:

- I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;
- III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- IV - a reincidência.
- V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no art. 11 deste decreto.

§ 2º - Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

§ 3º - Para efeito de reincidência:

- I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
- II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
- III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

101

§ 4º - São circunstâncias atenuantes:

- I - a primariedade;
- II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- III - reparar o dano antes do julgamento;
- IV - confessar a autoria da infração.

§ 5º - Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal nº 67 de 21 de Dezembro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

102

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021,

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro de FLORES DE GOIAS-GO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

103



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL FINAL - (LICITANTE VENCEDOR)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE: (NOME – CARGO - CARTEIRA DE IDENTIDADE – CPF)

ENDEREÇO e TELEFONE:

DADOS BANCARIOS: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

104

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

MARCA E MODELO

Deverá constar na proposta a marca do item a ser fornecido.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos para habilitação, condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, requisitos de habilitação para participação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024**, **DECLARANDO** ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação e especificações mínimas obrigatórias do objeto, constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

105

_____, ____/____/2024.

Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE CONHECIMENTO DOS
REQUISITOS DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- Declaramos que os preços ora ofertados são irrevogáveis por um período de 06 (seis) meses. 106
- Declaramos que em nossos preços já estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive as despesas com transportes, seguros em geral, encargos da legislação trabalhista, previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios, resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do fornecimento dos materiais constantes do Edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA-GO**.
- Declaramos ainda, que nos sujeitamos às condições do Edital e que temos pleno conhecimento dos locais onde serão entregues os materiais.
- No fornecimento dos materiais observaremos rigorosamente as especificações das normas determinadas pela ABNT, normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA-GO**, assumindo, desde já, integral responsabilidade pelos materiais fornecidos, de conformidade com as normas mencionadas.

_____, ____/____/2024.

Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNP



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no art.7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

107

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, ____/____/2024.

Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ANEXO VI.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS INCISOS III E IV, DO
ART. 1º E INCISO III, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

108

_____, ____/____/2024.

Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNP



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

109

_____, ____/____/2024.

Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é “**MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**”, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que conhece na íntegra, e está, portanto, apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024**, realizado pelo Município de VILA BOA-GOIÁS.

110

_____, ____/____/2024.

Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE



ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE LICITANTE ORGANIZADO EM COOPERATIVA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, que é organizada em cooperativa e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

111

_____, ____/____/2024.

Local e Data

Nome, RG do Representante Legal, Carimbo e Assinatura

Carimbo do CNPJ